

## **CLIPPING SEMANAL DE MINERAÇÃO 01 a 06 de setembro de 2014**

**(Coordenação: Karen C. Nasser de F. Borges, Ad Hoc Consultores Associados Ltda)**

### **DESTAQUES DA SEMANA**

Nosso destaque dessa semana vai para a comparação entre o enfoque das políticas minerais do Brasil e da Austrália, e dois países que, pelas semelhanças geológicas, territoriais e do mix da produção mineral são concorrentes no mercado internacional de minerais.

Segundo matéria publicada nessa semana, os gestores da Política Mineral Brasileira se reuniram com representantes do Setor Mineral para discutir os “desafios e os gargalos tecnológicos para alavancar a área (a mineração brasileira)”, com ênfase nos minerais considerados estratégicos: “aqueles demandados para a fabricação de produtos de alta tecnologia e os que, pelo volume da produção, têm grande importância econômica, como o ferro e o nióbio”.

No caso da Austrália, a notícia é de que o Governo anunciou que deve “retirar em breve o imposto sobre o lucro das mineradoras”, com base no argumento de que essa taxa “impede investimentos e a criação de empregos”.

Vale lembrar que, embora concorrentes, os setores minerais do Brasil e da Austrália são muito diferentes. Além de exportar mais de um bilhão de dólares em tecnologia mineral (serviços e equipamentos) a Austrália atrai quase dez vezes mais investimentos em mineração do que o Brasil.

Uma análise, ainda que perfunctória, dessas duas notícias pode fornecer uma boa pista para se entender um dos porquês dessa diferença abismal entre a mineração brasileira e a australiana. Enquanto no Brasil o enfoque da política mineral tem sido, salvo raros momentos de lucidez do Governo, insistir com tentativas de direcionar o mercado segundo “estratégias governamentais para a mineração”, na Austrália a orientação dessa mesma política segue a lógica inversa, qual seja: “orientar as estratégias governamentais segundo as direções apontadas pelo mercado”. Além disso, lá, ainda há um forte comprometimento das entidades empresariais, acadêmicas e profissionais australianas com a capacitação e o desenvolvimento tecnológico, que resultaram, entre outros fatores de competitividade, na utilização de normas australianas como padrão internacional para a certificação de recursos e reservas minerais e na exportação de equipamentos e tecnologias empregadas em todas as etapas do desenvolvimento de projetos de mineração.

Diante dessa diferença, é mais que evidente a necessidade de o Brasil superar a fase autocontemplativa de seu “enorme e diversificado potencial mineral” e começar a entender que quem estabelece o caráter estratégico de uma indústria ou de um produto é o mercado, e não o Governo, a quem cabe, antes de estabelecer listas ou restrições à exploração e produção desses ou daquele produto ou ao desenvolvimento dessas ou daquela indústria, entender quais são as melhores estratégias para aproveitá-los a tempo

e hora. De que adianta estabelecer que o minério de ferro fosse ou não estratégico se não temos como influenciar seu preço no mercado internacional? Ou majorar preços e impor restrições à pesquisa e lavra de urânio, terras raras ou mesmo nióbio, se o mercado buscará sempre fontes confiáveis de abastecimento ou alternativas tecnológicas, que vão desde a reciclagem à substituição?

Talvez o melhor exemplo disso seja o urânio: apesar do grande potencial geológico do Brasil para produção de minério de urânio, temos uma produção pífia e uma grande dependência tecnológica tanto nas tecnologias extrativas quanto na utilização do produto final. As restrições e o monopólio governamental não nos permitiram ser importantes em nenhum dos muitos segmentos que compõe a indústria do urânio. E, lamentavelmente, esse não é um caso isolado, com todos os riscos de ser “anatematizado”, afirmo que essa realidade – de baixa produtividade, dependência tecnológica e incapacidade de agregar valor à matéria-prima - está presente em praticamente todos os segmentos da indústria mineral brasileira, do petróleo ao minério de ferro, pois, em ambas, importamos não só equipamentos, softwares, insumos, mas, também, maior parte dos produtos de maior valor agregado.

Não tenho dúvidas, portanto, que, se confirmada a notícia da redução da carga tributária na mineração australiana, e o pretendido aumento da carga fiscal proposto, no Brasil, pelo Novo Marco Legal da Mineração, enquanto nossos concorrentes consolidarão suas vantagens competitivas, atraindo os recursos necessários para expandirem suas indústrias minerais nos padrões do “Terceiro Milênio”, a mineração brasileira corre o risco de regredir, ficando cada vez mais próxima da Idade da Pedra.

É nossa opinião que não há como desenvolver cadeias produtivas que agreguem valor à matéria prima, de qualquer espécie, sem investimentos em capacitação profissional e tecnológica, em infraestrutura, sobretudo transportes e energia, e, também, em um modelo regulatório eficaz, capaz de gerar resultados dentro de prazos factíveis e previsíveis, ancorados em bases seguras de garantias jurídicas, ambientais, sociais e políticas para todos os interessados. Portanto, se por um lado uma atividade econômica, qualquer que seja, não é nem pode se um fenômeno difuso, independente de controles jurídicos, sociais e políticos, ela, por outro lado, também não pode ficar submetida ao grilhão da dependência plena e casuística de qualquer um desses controles. A história nos ensina que, sem o incentivo da livre-iniciativa e das garantias jurídicas que estabelecem limites consensuais a essa liberdade de empreender e usufruir os benefícios daí decorrentes, as sociedades tendem a se estagnar ou até regredir, submetendo-se como o tempo ao poder de grupos mais capazes, sejam estes nações, que são anexadas a outras, ou outras formas de organização social, como regiões ou comunidades especializadas na produção de determinados bens ou mesmo empresas que, nos dois casos, ou desaparecem ou são compradas por concorrentes, por falta de recursos para se manterem.

***Luciano de Freitas Borges - Ad Hoc Consultores Associados Ltda.***

**1-01/09/2014**

## **ESPECIALISTAS AVALIAM PANORAMA DO SETOR MINERAL NO PAÍS**

Gestores públicos, pesquisadores e executivos de empresas do setor mineral discutiram os desafios, gargalos tecnológicos para alavancar a área no Brasil e acompanhar as tendências mundiais. O encontro, organizado pela Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Setec), objetivou a coleta de subsídios para a formulação de políticas públicas na área.

A pauta da reunião realizada nesta última quinta-feira (28), no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), em Brasília, destacou dentre outras temáticas, os desafios considerados estratégicos especialmente no segmento de minerais como terras-raras, lítio, silício, agrominerais e recursos minerais do mar.

Ao se referir à política mineral brasileira, o marco regulatório do setor em tramitação no Congresso e as parcerias estratégicas com o MCTI, o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME, Carlos Nogueira, lembrou que o Brasil produz 80 bens minerais e que a mineração e a transformação mineral representam 3,8% do Produto Interno Brasileiro (PIB), movimentando US\$ 39 bilhões por ano (valor de 2013).

"O telefone celular e a televisão digital, por exemplo, sem terras-raras não seria possível [fabricar]. Então há a necessidade de desenvolver essa indústria aqui para utilizar esses minerais que também podemos produzir", ressaltou o diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral do MME, Elzivir Azevedo Guerra. O diretor também observou que o país importa potássio, para a produção de fertilizantes agrícolas, e carvão metalúrgico.

### **Valor comercial**

Por outro lado, lembrou o representante do MME, outros minerais são considerados estratégicos pela sua produção, pela abundância e pelo valor comercial na balança comercial brasileira. É o caso do nióbio e do minério de ferro.

Noventa e dois por cento do ferro nióbio mundial – utilizado para aumentar a resistência do aço em tubulações, em aviões e turbinas – é produzido pelo Brasil, praticamente o único fornecedor, ao lado do Canadá. O minério de ferro, por sua vez, é responsável por 80% da produção mineral brasileira.

"Precisamos ser capazes de produzir com eficiência as nossas commodities e de desenvolver tecnologias, ter insumos, máquinas, serviços que possibilitem essa produção", comentou Elzevir Guerra.

Fonte: MCTI

**2-01/09/2014**

### **Vale ganha na justiça: agora não mais pagará impostos sobre lucros na Dinamarca, Bélgica e Luxemburgo**

O STJ negou um recurso impetrado pela União e decide que a mineradora Vale não deverá pagar impostos sobre o lucro auferido por subsidiárias, no exterior. Trata-se de uma decisão importante que favorece a Vale evitando desta forma a bitributação. A União queria taxar no Brasil os lucros das empresas controladas pela Vale na Dinamarca, Bélgica e Luxemburgo. O mesmo não ocorre em países como Bermudas que ainda não tem acordo tributário com o Brasil.

Fonte: [www.geologo.com.br](http://www.geologo.com.br)

**3-01/09/2014**

### **Codelco produz mais cobre do que em 2013**

A produção semestral de cobre da chilena Codelco, a maior produtora deste metal do mundo, atingiu 877.000 toneladas. No semestre houve um acréscimo de 34.000t em relação ao mesmo período de 2013. A empresa declarou aumentos relevantes nas produções de molibdênio (41%), prata (35%) ácido sulfúrico (15%) e ouro que subiu 6%. Outra boa notícia é que a empresa reduziu seus custos diretos em 7,7% o que aumenta os lucros e compensa as quedas no preço do cobre.

Fonte: [www.geologo.com.br](http://www.geologo.com.br)

**4-01/09/2014**

### **Interior de SP busca água em lagos e cavas**

Por Fabio Leite | Estadão Conteúdo

A seca histórica nos rios e represas que formam o Sistema Cantareira tem levado cidades da região de Campinas, no interior paulista, a buscarem em lagos e cavas de mineração desativadas uma alternativa de abastecimento de água na crise. Por meio de imagens de satélites, o Consórcio das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(PCJ) mapeou 119 áreas com potencial para suprir a escassez hídrica na região, a pior em 90 anos. "É como procurar um oásis no deserto", afirma José Cezar Saad, coordenador do projeto.

Até o momento, o levantamento apontou para a existência de 61 cavas e 58 pequenos reservatórios. "Agora, vamos fazer um sobrevoo para identificar e confirmar a existência dessas cavas e reservatórios e discutir como elas podem ser aproveitadas", explica Saad. Os possíveis pontos de captação serão apresentados aos 43 municípios e às 30 empresas associadas ao consórcio. Ao todo, a região abrange 76 cidades, onde vivem 5 milhões de pessoas. Caberá aos interessados, prefeituras e empresas de saneamento, levantar informações sobre a propriedade das áreas, negociar o uso da água e avaliar se o recurso é próprio para consumo humano.

"O grande problema é saber se a água tem condição de uso ou se tem algum contaminante que inviabilize seu consumo mesmo após tratamento. Por isso, nossa primeira recomendação será uma análise criteriosa e rigorosa da qualidade da água, conforme as determinações dos órgãos de saúde e de controle, como a Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo)", afirma Saad. "Muitos municípios já não têm mais água em quantidade suficiente para abastecer a população. Estamos buscando todas as fontes possíveis", completa.

Hoje, dois municípios da região, Cordeirópolis e Saltinho, já estão usando água de cavas de mineração desativadas para suprir o abastecimento público. Mesmo com a fonte alternativa, as duas cidades não conseguiram evitar o racionamento de água, afetando cerca de 30 mil pessoas ao todo. Só na região de Campinas, outras quatro cidades aderiram ao rodízio no abastecimento: Cosmópolis, Nova Odessa, Valinhos e Vinhedo. Em todo Estado, já são ao menos 20 municípios, atingindo mais de 2 milhões de pessoas.

Segundo Saad, a transposição destas reservas de água em cavas e lagos para as estações de tratamento, rios e represas que abastecem as cidades das Bacias PCJ poderá ser feita por meio de um sistema de bombeamento com a utilização de tubulações temporárias de sistema de engate rápido ou permanente de diversos materiais, como alumínio, aço ou polietileno.

Outra alternativa é a utilização de caminhões-pipa para captar a água nos reservatórios e levar até as residências e indústrias. Segundo o consórcio, levando em conta um consumo de 200 litros de água por habitante por dia, para uma cidade de 10 mil habitantes, serão necessários aproximadamente 240 veículos por dia, com a capacidade

de 7 mil litros cada unidade, para suprir a demanda. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

**5-01/09/2014**

## **MAIOR PROJETO DE EXPLORAÇÃO DE MINÉRIO DE COBRE DO PAÍS FICA NO PARÁ**

*Localizado em Marabá, no sudeste paraense, projeto Salobo fica dentro de uma área de proteção ambiental.*

A riqueza do subsolo da Amazônia gera emprego e movimenta a economia brasileira no maior projeto de exploração de minério de cobre do país, o Projeto Salobo. Localizado no interior da Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri, em Marabá, o Projeto surgiu após a licença de operação concedida pelo Ibama para exploração de recursos minerais na área, permitida pelo decreto de criação da reserva.

Estudos geológicos apontaram a existência de uma jazida com mais de um milhão de toneladas de cobre na região. "Dentro do nosso planejamento de mina aqui, a gente vai ter mais de quarenta anos de vida dessa jazida", explica Paulo Godoy, Gerente de Operação da Mina do Projeto Salobo. Atualmente, 3.500 profissionais atuam no Projeto Salobo.

O cobre é atualmente um dos metais mais utilizados no mundo e está presente em equipamentos como televisões e telefones celulares. Depois de um longo processo de beneficiamento, o resultado é o concentrado de cobre, um pó de cor escura. "Para cada 100kg desse pó nós teremos 38kg de cobre", detalha o gerente de operação Antônio Queiorz. Só em 2013 foram produzidas 65 mil toneladas do concentrado, exportado principalmente para países da Ásia e da Europa.

"Hoje nós temos aproximadamente 115 mil mudas plantadas, distribuídas em 56 mil castanhas-do-Pará, 13 mil mognos e aproximadamente 40 mil de outras espécies, como açaí, paricá e ipê", relata o engenheiro florestal Mário Palheta.

Ações de educação ambiental também fazem parte das exigências para manter o funcionamento do projeto em um lugar onde o progresso e o respeito ao meio ambiente devem sempre caminhar juntos.

Fonte: G1

**6-01/09/2014**

## **CRM INICIA TESTES COM TECNOLOGIA DE QUEIMA DE CARVÃO A SECO**

Com o objetivo de reduzir, ao máximo, o teor de enxofre e os contaminantes não carbonosos, como calcário e argilitos, presentes nos carvões brutos, a Companhia Rio-grandense de Mineração (CRM) iniciou os primeiros testes da planta-piloto de beneficiamento a seco na mina de Candiota.

O objetivo é o aumento do poder calorífico do mineral, representando ganhos ao principal cliente da companhia, atualmente a Usina Presidente Médici, da CGTEE, e a ampliação do portfólio de potenciais compradores do produto.

De acordo com o presidente da CRM, Elifas Simas, a iniciativa visa melhorar as condições de queima de carvão, usando a melhor tecnologia existente, ação vista pelo dirigente como importante na busca pela ampliação do uso na matriz energética. “Os testes da planta de beneficiamento estão nessa esteira de melhorar a qualidade do nosso carvão”, destaca Simas.

### **Redução de custos**

A planta de beneficiamento a seco (PPBS) adota a tecnologia de separação dessimétrica utilizando com fluido o ar. As principais operações da planta são a britagem, o peneiramento e a jigagem, esta última, a seco, sendo inédita no Brasil no beneficiamento do carvão mineral. Os testes na PPBS objetivam a confirmação, em escala industrial, dos ensaios realizados em laboratório, com os carvões da jazida de Candiota.

A tecnologia de jigagem a seco proporciona, para a usina térmica, a redução dos custos de moagem na operação da caldeira, no circuito de cinzas e no tratamento das emissões gasosas. Conforme a CRM, concluídos os testes na planta, com as variadas possibilidades de regulagens e controles sobre a qualidade do carvão, será aberto um novo leque de possíveis parceiros econômicos para a companhia.

### **Investimento de R\$ 11 milhões**

O engenheiro químico Nilo Antônio Rigotti, da Superintendência de Engenharia da CRM – gestor do contrato e coordenador do projeto de implantação da PPBS informa que os benefícios estão relacionados à agregação de valor ao produto vendável, atrelado à melhora na qualidade, fruto da remoção das impurezas presentes no carvão “in situ”.

“Os investimentos no presente projeto giram em torno dos R\$ 11 milhões e sua

implementação ocorre desde meados de 2010, percorrendo as etapas dos projetos específicos, identificação de fornecedores, aquisição dos componentes, as montagens elétricas e mecânicas, a posta em marcha e as análises químicas que confirmarão os resultados”, explica Rigotti.

A planta-piloto tem capacidade produtiva de 50 toneladas por hora (50 t/h), e atende a compromissos da companhia com a Usina Presidente Médici de realizar testes com o foco na viabilidade ambiental, técnica e econômico-financeira na exploração da jazida. Os parâmetros exigidos pela usina podem ser resumidos no binômio: maior recuperação mássica com menor teor de enxofre total.

Fonte: Jornal Folha do Sul

**7-01/09/2014**

### **DNPM REALIZA MAIS UM MÓDULO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA DE MINAS**

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) realizou, no período de 25 a 29 de agosto, em Criciúma (SC), o 4º módulo do curso de capacitação de especialização em segurança de minas subterrâneas, com o tema "Controle de Maciços Rochosos" para os engenheiros de minas das superintendências, onde existem minas subterrâneas em operação.

O módulo abordou os estudos, monitoramento e sistemas de suporte para controle de maciços em minas subterrâneas, visando à segurança operacional das atividades de lavra e minimizar os impactos desta atividade na superfície e teve como objetivo capacitar técnicos do órgão que atuam na fiscalização, sobre segurança em minas subterrâneas, nos aspectos do controle dos impactos na superfície, da ventilação, medição de poeiras, novos métodos de lavra em minas subterrâneas mecanizadas.

O curso foi ministrado pelo professor André Zingano, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e faz parte do convênio firmado entre o DNPM e a universidade. O módulo foi composto de aulas teóricas realizadas no escritório regional do órgão e uma atividade prática na Mina 101, da Carbonífera Rio Deserto, ocorrida na quinta feira, 28 de agosto.

Ainda estão previstos mais dois módulos para conclusão dessa primeira etapa, com os temas, “Segurança de Mina” e “Projetos em Mineração Subterrânea”, com previsão para os meses de outubro e dezembro. Para o próximo ano, estão programadas atividades práticas para complementação das 360 horas aulas previstas nesta capacitação, quando será concluída a especialização de 22 agentes em nível nacional para atuação junto às minas subterrâneas existentes no país.



**8-01/09/2014**

## **OURO PRETO OSTENTA RIQUEZA QUE VEM DA CULTURA E DO MINÉRIO**

*A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais atingiu R\$ 26,7 milhões em 2013*

A mineração está tão enraizada na história de Ouro Preto, que é responsável pelo próprio nome do município. Isso porque as pepitas de ouro encontradas na região durante o século XVII sempre vinham incrustadas de minério de ferro e davam ao metal precioso uma aparência escura, bastante peculiar. Foi esse o motivo para o batismo da cidade que, 314 anos depois de ser fundada, continua oferecendo matéria- prima para a atividade minerária.

Hoje, o ouro só existe na lembrança dos moradores mais antigos, mas o minério, pelo contrário, ainda é farto. Há 19 empresas trabalhando diretamente com extração mineral na cidade. Juntas, elas são responsáveis por quase 90% de tudo que é arrecadado pelos cofres públicos, de acordo informações da prefeitura municipal.

“Essa indústria está concentrada em distritos mais distantes da sede. O de Miguel Burnier, que fica às margens da BR 0-40, concentra mais de 50% da arrecadação da cidade, e o distrito de Antônio Pereira tem a segunda maior arrecadação de Ouro Preto”, comenta Adriano Jardim, secretário Municipal de Fazenda.

Tamanha atividade fez com que o Produto Interno Bruto (PIB) do município crescesse 193% entre 2005 e 2011, chegando a R\$ 5,1 bilhões. Além disso, a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), atingiu a marca de R\$ 26,7 milhões em 2013. Uma expansão de mais de 10% em relação ao ano anterior.

“Devido à Cfem, a prefeitura está tendo a possibilidade de reduzir significativamente o índice de acidentes com deslizamentos de terra”, comenta Jardim.

“Com o recurso foi possível subsidiar o Instituto Geotécnico que, por meio de aparelhos modernos instalados nas áreas de risco, identifica movimentações do solo e prevê os acidentes que podem vir a acontecer”, explica o secretário.

**Terra promissora**

Em atividade na cidade desde 1977, a mineradora Samarco produziu, somente em 2013, cerca de 22,3 milhões de toneladas de minério de ferro, o que gerou um faturamento de R\$ 7,24 bilhões.

A empresa concluiu, no primeiro semestre do ano, R\$ 6,4 bilhões num projeto de expansão que aumentou a capacidade produtiva em 37%, elevando a produção para 30,5 milhões de toneladas de pelotas de minério de ferro por ano.

Segundo informações da mineradora, R\$ 1,3 bilhão foi investido para a construção de um terceiro concentrador, com capacidade de 9,5 milhões de toneladas ao ano. Obras que geraram, aproximadamente, 6.100 empregos na região.

A tendência é que a atividade continue fomentando a economia local, já que a expectativa da Samarco é prolongar o trabalho por, pelo menos, mais 40 anos nas unidades Alegria e Germano, situadas na divisa de Ouro Preto e Mariana.

### **Comércio se beneficia do fluxo de funcionários**

Dados do Relatório Anual de Informação Social do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS) revelam que, entre 2002 e 2012, Ouro Preto passou de 12.118 empregos formais para 21.325, um crescimento de 76% no período. Na indústria extrativa mineral, em especial, o aumento foi de 112% no estoque de vagas na cidade. Além disso, o grau de formalização do trabalho também melhorou, subindo 40,2% para 56,8%.

O cenário positivo dos índices de empregabilidade refletiu positivamente no comércio local, que além de ser mantido pela forte movimentação turística da cidade, passou a se beneficiar, também, da chegada de novos profissionais ligados às empresas mineradoras.

“A mineração gerou empregos direta e indiretamente para Ouro Preto. Essa oferta de trabalho permitiu que as pessoas da cidade ficassem aqui e não fossem embora e isso fez com que mais dinheiro fosse gasto dentro do município”, analisa o proprietário do restaurante Quinto do Ouro, Clodoaldo da Cruz. “Temos, inclusive, parceria com as empresas mineradoras que se tornaram clientes fiéis do restaurante”, destaca o empresário.

Até mesmo os produtos e serviços utilizados nas áreas de atuação da Samarco para a expansão foram adquiridos na cidade. A mineradora estima que R\$ 26,18 milhões, ou pouco mais de 25% do total, foram aplicados no comércio da cidade, sobretudo nos setores de metal mecânica, de consultorias técnicas e no segmento do comércio e dos serviços.

Para a empresária do ramo de joias, Ana Maria Sanches, que há mais de 20 anos tem sua loja na rua Direita, uma das mais pujantes do comércio da cidade, os clientes trazidos pelas mineradoras são cada vez mais comuns dentro do município.

“Muitos engenheiros e executivos do ramo da mineração já compraram joias comigo, principalmente para presentear suas esposas”, conta Ana Maria. “Estamos recebemos diversos clientes estrangeiros ligados a essa área, principalmente no último ano. A maioria vem da Europa”, completa.

Os Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), também apontam o quanto o município tem se beneficiado de toda a cadeia impulsionada pela atividade mineradora. Em 2012, esses recolhimentos chegaram a R\$ 42,2 milhões. Um valor 71% maior do que o arrecadado no ano anterior.

Ouro Preto ocupa, atualmente, o quinto lugar no Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), que envolve os 853 municípios do Estado. Entre as cidades mineradoras, o município possui um dos melhores índices nos quesitos cultura e renda.

Fonte: Hoje em Dia

**9-02/09/2014**

### **Vale e Manabi fecham acordo de 20 anos**

A Vale e a mineradora Manabi fecharam acordo de investimentos e um contrato de transporte. O acordo prevê implementação do novo trecho ferroviário de 80 km, que vai ligar a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) à área do Porto Norte Capixaba da Manabi na costa de Linhares (ES), entre outros investimentos.

“Conectar a ferrovia ao Porto Norte Capixaba abre uma nova avenida relevante para o transporte de granéis na região, aprimorando a infraestrutura do País” declarou o Diretor-Presidente da Manabi, Ricardo Antunes. Tanto o acordo como o contrato estabelece mais uma alternativa para movimentação de cargas no Porto Norte Capixaba, que continua contando com a implantação do mineroduto Morro do Pilar (MG) – Linhares (ES) para escoamento da produção de minério de ferro da Manabi. Serão transportados até 25 milhões de t/ano de minério de ferro até o porto da Manabi por um período de 20 anos.

Fonte: Brasil Mineral

**10-02/09/2014**

## **Produção da Jaguar cresce 6% no trimestre**

A Jaguar Mining produziu 23.867 onças de ouro no segundo trimestre, desempenho 6% superior ante as 22.503 onças do mesmo período de 2013. A mina de Turmalina, em Minas Gerais registrou o melhor resultado, com 13.190 onças, 27,5% a mais que no mesmo trimestre do ano passado (10.345 onças).

A mina de Caeté, também em Minas Gerais, registrou queda de 12,1%, de 12.158 onças para 10.677 onças na comparação dos trimestres. Para o volume produzido no segundo trimestre, a Jaguar processou 263 mil t de minério, com teor de recuperação de 3,11 gramas de ouro por tonelada e taxa de recuperação de 89%. Entre abril e junho, a empresa vendeu 24.002 onças, crescimento de 6,7% em comparação com as 22.503 onças do segundo trimestre de 2013.

A Jaguar gerou receita de US\$ 31 milhões com as vendas no trimestre, queda de 4,3% em relação ao mesmo período do ano passado. A mina Paciência, em Minas Gerais, permanece paralisada para manutenção desde 2012, e não há previsão de quando retome a produção. Além das minas em Minas Gerais, a Jaguar é dona do projeto Gurupi, no Maranhão.

Fonte: Brasil mineral

**11-02/09/2014**

## **Austrália deve abolir taxa sobre mineração, diz ministro**

Estadão Conteúdo

O governo de centro-direita da Austrália disse que deve retirar em breve o imposto sobre o lucro das mineradoras, após acordo com legisladores do Senado. A medida foi uma das principais promessas de campanha do primeiro-ministro Tony Abbott e segue o argumento da indústria extrativa de que a taxa impede investimentos e a criação de empregos.

O ministro das Finanças do país, Mathias Cormann, disse que o governo apoia os senadores na retirada do imposto de 30% sobre os lucros com carvão e minério de ferro. A taxa foi implementada pelo governo trabalhistas em 2012 para financiar programas sociais.

"O governo recebeu indicações de que a maioria dos senadores vai apoiar o projeto de abolir a taxa", disse Cormann. Como parte do acordo, o governo aceitou manter alguns dos programas sociais ligados à taxa, o que deve adicionar US\$ 6 bilhões ao orçamento federal. Fonte: Dow Jones Newswires.

**12-02/09/2014**

Destaques

### **Lama tóxica**

A 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, em recurso repetitivo, que a Mineração Rio Pomba Cataguases deve recompor os danos materiais e morais decorrentes do vazamento de lama tóxica (bauxita) que deixou grande número de famílias desabrigadas nos municípios de Muriaé e Mirai, em Minas Gerais. O acidente ocorreu em janeiro de 2007 em decorrência do rompimento da barragem São Francisco, quando cerca de dois bilhões de litros de resíduos atingiram diversas cidades do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. De acordo com o relator, ministro Luis Felipe Salomão, foram propostas 3.938 ações envolvendo a mineradora na comarca de Muriaé e outras 500 na comarca de Mirai. Tomando por base os processos já julgados, o entendimento é que existe uma relação causal entre o rompimento da barragem, com vazamento de resíduos químicos, e os danos sofridos pelas vítimas. Segundo entendimento da seção, a responsabilidade por dano ambiental é objetiva, conforme a teoria do risco integral. Os ministros entenderam que é descabida a invocação, pela empresa, de excludentes de responsabilidade civil para afastar a sua obrigação de indenizar.

Fonte: Valor

**13-02/09/2014**

Destaques

### **Minério cai para US\$ 87,10**

O minério de ferro começou o mês em baixa. O preço caiu 0,9% ontem, para US\$ 87,10 por tonelada no mercado à vista da China. Dados mais fracos do setor industrial na China e o consumo de estoques nas siderúrgicas chinesas ajudaram a pressionar a cotação. O preço do minério de ferro ontem foi o menor em dois anos, desde 6 de setembro de 2012 (US\$ 87 por tonelada), considerando o minério com teor de 62% de ferro. Em agosto, a cotação caiu 8,1%. No acumulado de 2014, a queda é de 35%.

Fonte: Valor

**14-02/09/2014**

### **NOVO CEO DA CODELCO ASSUME E VÊ MUDANÇAS NA MINERADORA**

Nelson Pizarro tomou posse como o novo presidente-executivo da Codelco no Chile nesta segunda-feira, prometendo fazer "todas as mudanças necessárias" na maior produtora de cobre do mundo, enquanto a empresa embarca em um plano de investimento ambicioso multibilionário.

O veterano da indústria Pizarro, apelidado de "Mãos de Tesoura" por sua gestão ágil de projetos de mineração, foi nomeado CEO da empresa estatal, em julho, para substituir o deposto Thomas Keller.

Pizarro disse que vai levar de dois a três meses para auditar projetos e que ajustes de pessoal serão realizados.

"A situação é complexa em várias operações ... vamos fazer todas as mudanças necessárias para atingir nossos objetivos", disse ele em um discurso para os funcionários na sede da Codelco, em Santiago, na segunda-feira.

"Muitas dessas mudanças podem afetar os interesses das pessoas ... esta é a parte mais complexa, que nós vamos lidar juntamente com representantes legítimos dos trabalhadores."

A Codelco precisa gastar mais de 20 bilhões de dólares em um programa que visa renovar suas antigas minas onde os graus de minério estão caindo. Mas os empregos tendem a ser eliminados como parte desse processo.

Fonte: Reuters

**15-02/09/2014**

## **CENTAURUS AUMENTA EM 33% RECURSOS DSO DO PROJETO CANDONGA**

A atualização de recursos JORC do projeto de minério de ferro Candonga, da Centaurus Metals em Minas Gerais, apontou 1,2 milhão de toneladas de minério pronto para entrega (DSO, na sigla em inglês). O volume representa um aumento de 33% em relação as 900 mil toneladas registradas na última estimativa de recursos, de agosto do ano passado.

O teor de ferro também aumentou, passando de 58,6% Fe para até 63,3% Fe. De acordo com comunicado ao mercado desta segunda-feira (1), das 1,2 milhão de toneladas de DSO, 1 milhão de toneladas são de recursos medidos e indicados, com teor de 63,3% de ferro. O restante é de recursos inferidos, com teor de 63,2% de ferro.

A Centaurus afirmou que a atualização apoiará o estudo de viabilidade de Candonga, que está previsto para ser concluído até final deste mês. A previsão anterior era para agosto. A primeira produção é estimada para o primeiro trimestre de 2015.

Segundo a mineradora, os resultados recebidos a partir da sondagem adamantada e amostragem em grande volume de trincheira têm demonstrado que o itabirito de alto teor em Candonga pode produzir de 25% a 40% de minério de ferro granulado (lump), com teor médio de 64% Fe, usando um processo simples de triagem a seco. O material DSO restante é classificado como um produto sinter feed, com teor médio 64% Fe.

Os recursos DSO fazem parte de uma estimativa global dos recursos minerais de Candonga, que está agora em 9,4 milhões de toneladas, com teor de 43,7% Fe.

Como parte do estudo de viabilidade do projeto, foram iniciados o planejamento de mina e o trabalho de otimização da cava com a BNA Micromine Engineers. Segundo a Centaurus, uma série de empreiteiras visitaram o local e já apresentaram propostas comerciais que estão sendo analisadas pela mineradora. A Centaurus não revelou os nomes das empresas participantes do processo.

O pedido de Guia de Utilização (GU), que permite a mineração de 300 mil toneladas de minério por ano, foi apresentado ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em abril deste ano. A visita do DNPM ao local está prevista para o final de setembro. Segundo a Centaurus, após a visita, a aprovação da GU é estimada para um prazo de quatro a seis semanas.

"Estamos muito satisfeitos com os resultados da recente sondagem em Candonga, que permitiu elevar significativamente tanto a tonelagem quanto o teor DSO do projeto. Esses recursos constituem a base do nosso estudo de viabilidade, que já está bem avançado e em vias de ser concluído no final deste mês", afirmou Darren Gordon, diretor administrativo da Centaurus.

Candonga é um depósito satélite localizado a 33 quilômetros ao sul do projeto de minério de ferro Jambreiro, o principal ativo da empresa no Brasil. Candonga tem capacidade nominal de 2 milhões de toneladas por ano e os recursos medidos, indicados e inferidos somam 116,5 Mt.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

**16-03/09/2014**

### **Mina de cobre mexicana é parcialmente fechada após acidente ambiental**

A Buenavista é uma mina de cobre onde, em agosto deste ano, houve um vazamento de produtos químicos que afetou o suprimento de água de várias cidades. Na época os representantes da mina tentaram minimizar o acidente dizendo que "não haveria problemas à população": foram despejados 40.000.000 de litros de um líquido a base de ácido sulfúrico na drenagem local... Um grande desastre ambiental que a empresa tentava esconder.

Em consequência do "pequeno" vazamento as autoridades foram forçadas a fechar o suprimento de água de mais de 20.000 pessoas ao longo de 60 km. Em vistoria posterior as autoridades acharam inúmeras irregularidades no projeto mineiro e o fechamento parcial da mina foi exigido. A Buenavista produz 200.000 t de cobre por ano devendo aumentar essa produção para 510.000t em 2016, em uma ampliação que custará US\$3,2 bilhões.

Fonte: [www.geologo.com.br](http://www.geologo.com.br)

**17-03/09/2014**

### **Ebola faz produção de diamantes da Serra Leoa cair**

A pequena Serra Leoa, um país de 5,5 milhões de habitantes, está vendo uma de suas fontes de renda, a produção de diamantes, desaparecer. O surto de Ebola que afeta a região está paralisando as minas e as principais operações de diamante.

Segundo Rapaport o vírus afugentou até os garimpeiros locais e a meta de exportar US\$200 milhões em diamantes, criada pelo governo, não será alcançada. A situação é dramática, pois os diamantes correspondem a 4.5% do PIB local e a 79% de toda a exportação do país africano

Fonte: [www.geologo.com.br](http://www.geologo.com.br)

**18-03/09/2014**

### **Mineroduto da Anglo fará 1ª entrega em 2014**

Estadão

O executivo-chefe da Anglo American, Mark Cutifani, disse estar "preocupado" com a perspectiva do mercado de minério de ferro, em meio à forte queda nos preços do produto e sinais de que o excesso de oferta não vai diminuir no curto prazo. Cutifani afirmou, porém, que a mineradora vai dar continuidade ao projeto Minas-Rio no Brasil, que está bastante atrasado, mas deve fazer sua primeira entrega de minério ainda este ano. "Há muita oferta nova (de minério de ferro) e isso vai afetar os lucros", disse. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

**19-03/09/2014**

### **Indonésia: Newmont negocia e poderá voltar a exportar**

A mineradora americana Newmont, que estava em rota de colisão com o governo de Jakarta, parece ter negociado uma solução. A disputa é o resultado da proibição do governo da Indonésia de exportar produtos sem valor agregado e sobretaxar os concentrados de cobre. Desde o início do ano a mineradora foi obrigada a paralisar todas as exportações declarando Force Majeure.

Agora, 8 meses depois, um acordo está sendo finalizado e a Newmont abandonou a sua causa judicial e poderá voltar a exportar em breve caso concorde com as exigências do



governo. Essas exigências incluem: pagamentos de royalties, tamanho de mina, área a ser explorada, processamento metalúrgico local e extensão dos contratos de mineração. Se o acordo for aprovado pelos demais membros do governo a Newmont poderá exportar ainda nesta semana 50.000t de concentrados de cobre.

Fonte: [www.geologo.com.br](http://www.geologo.com.br)

**20-03/09/2014**

### **CEO da Glencore diz não acreditar que conversas com Vale sobre níquel foram interrompidas**

O presidente-executivo da mineradora e negociadora de commodities baseada na Suíça Glencore, Ivan Glasenberg, afirmou que as conversas com a brasileira Vale sobre a combinação de seus ativos de níquel no Canadá estão “em dificuldades”, mas que não acredita que foram interrompidas.

Na terça-feira, a Reuters noticiou que as discussões sobre combinar as unidades de extração e processamento de níquel, vizinhas na região de Sudbury, no sudeste do Canadá, foram encerradas parcialmente devido ao desacordo sobre como compartilhar os custos e as economias. Glasenberg acrescentou que a Glencore ainda quer deixar sua fatia de 25 por cento na produtora de platina Lonmin “no momento certo”.

Fonte: Reuters

**21-03/09/2014**

### **PRODUÇÃO DE ÁGUA MINERAL CONTINUA CRESCENDO NO PAÍS**

O setor produtivo de água mineral no Brasil deve continuar em expansão, afirmou o Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME), Carlos Nogueira, na cerimônia oficial de abertura do 23º Congresso Brasileiro da Indústria de Águas Minerais e a Expo Abinam 2014, na quarta-feira (27), em Salvador (BA).

“As expectativas de crescimento do setor de água mineral, no Brasil, são as melhores possíveis”, disse Nogueira. Segundo Nogueira, atualmente são 1.073 concessões de lavra para água mineral vigentes no País. Em 2013, o Ministério de Minas e Energia (MME) publicou 20 portarias autorizando a exploração desse mineral, o equivalente a 11% dos títulos de lavra expedidos naquele ano. Levantamentos de entidades do setor apontam para um franco crescimento da indústria de água mineral e potável de mesa, que hoje se apresenta como um dos mais favoráveis mercados de investimento no setor mineral brasileiro.

“O governo atua nos diversos processos que integram a cadeia produtiva da indústria de águas minerais do País, seja na concessão de direitos de exploração, ou na fiscalização realizada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, para o cumprimento às normas e critérios de classificação e padrões de qualidade, com o objetivo de garantir a sua salubridade”, explicou o secretário aos participantes do evento.

Os padrões de classificação do produto são estabelecidos pelo Código de Águas. A água é um recurso mineral com características únicas de pesquisa, lavra e aproveitamento, e com reservas disseminadas por todo o território nacional.

No evento, Carlos Nogueira destacou a importância do Congresso Brasileiro da Indústria de Águas Minerais, que é referência para a indústria de água mineral nacional. “A relevância desse evento está principalmente na capacidade de reunir os diversos atores da cadeia produtiva, resultando em amplos benefícios comuns”, disse Nogueira.

“Assumindo as cadeias de valor da água mineral” é o tema do 23º Congresso Brasileiro da Indústria de Águas Minerais. Junto com o congresso acontece a Expo Abinam 2014, que reúne representantes da indústria de águas minerais, onde são apresentadas as inovações tecnológicas e os principais serviços, incluindo também as políticas públicas, a certificação, indicadores de qualidade, embalagens, entre outros temas. O evento acontece entre os dias 27 e 29 de agosto.

Fonte: Portal Brasil – MME

**22-03/09/2014**

## **SIMINERAL FARÁ PRÉ-LANÇAMENTO DO ANUÁRIO MINERAL 2015**

Uma verdadeira radiografia do setor mineral, com foco no mercado, pauta de exportações, geração de emprego, inovação e sustentabilidade. Esses são os diferenciais que marcam o Anuário Mineral do Pará, considerada uma publicação completa no que diz respeito à mineração paraense. E já pensando na próxima edição, o presidente do Sindicato das Indústrias Minerais do Estado do Pará (Simineral), José Fernando Gomes Júnior, fará no dia 18 de setembro o pré-lançamento do Anuário Mineral do Pará 2015. O evento será realizado, às 19h, no Restô do Parque da Residência, com a apresentação dos apoiadores oficiais e anunciantes da publicação.

Caminhando para sua quarta edição, em 2015, a primeira edição do Anuário Mineral foi lançada em 15 de março de 2012, trazendo como tema “A informação a serviço do desenvolvimento sustentável da mineração”. À época, foram distribuídos 1500 exemplares impressos e 1200 cds para as escolas públicas. A publicação foi lançada em quatro municípios do interior do Pará. Junto com a primeira edição foi lançado o 1º Concurso de Redação da Mineração, que teve a participação de mais de mil alunos da rede pública de ensino.

De lá para cá, a publicação foi evoluindo, ganhando incremento de novos destaques. Em 2013, o 2º Anuário, sob o tema “Minérios da nossa terra, riquezas para a nossa gente”, veio com o dobro do número de exemplares – foram distribuídos cerca de 3 exemplares mil impressos e 7 mil cds. A grande novidade foi o lançamento do 1º Anuarinho, versão exclusivamente direcionada ao público infantil. Os lançamentos presenciais da publicação superaram o primeiro: 11 municípios no total. À segunda versão foram incorporados os prêmios Minerador Destaque e Comenda de Mérito Minerador Honorário, o I Primeiro Prêmio Hamilton Pinheiro de Jornalismo e o II Concurso de Redação, com 4 mil alunos inscritos.

Este ano, o 3º Anuário ousou, ainda mais. A publicação 2014 é bilíngue (português/inglês), trazendo como tema “Mineração sustentável. Um legado para a nossa gente”. Foram 5 mil exemplares impressos e 15 mil cds distribuídos. A publicação trouxe dois capítulos inéditos sobre Sustentabilidade e os Pioneiros da Mineração no Pará e superou o número de lançamentos no interior do estado, chegando em 14 municípios. O 3º Concurso de Redação também superou os públicos anteriores, com 10 mil alunos inscritos.

José Fernando Júnior lembra que ter uma publicação que retratasse o setor, destacando suas contribuições econômicas e socioambientais para o Estado, era um desejo, mas fazer com que essa publicação se tornasse um legado para a sociedade era sonho, que hoje é uma realidade. “Ver esse sonho materializado para nós foi uma grande conquista. E isso é fruto de um esforço conjunto dos parceiros, associados e da sociedade em geral”, ressalta.

O desafio, segundo o executivo, é fazer a cada ano uma publicação mais atraente e que desperte o interesse da sociedade. “Ficamos muito honrados, em saber que desde a primeira edição do Concurso de Redação, por exemplo, o Anuário é fonte de pesquisa para os estudantes. Isso para nós é uma grande responsabilidade, que nos motiva, a cada edição, a fazer uma publicação com mais conteúdo e de linguagem acessível a toda sociedade”, declara José Fernando.

Fonte: Assessoria

**23-03/09/2014**

### **Gerar valor é prioridade na Anglo American**

Por Alexis Flynn e Andrew People | **The Wall Street Journal**, de Londres

Mark Cutifani, diretor-presidente da Anglo American há apenas 15 meses: "Meu trabalho é criar valor, seja de qual forma isso possa ser mostrado"

O diretor-presidente da Anglo American PLC, uma das maiores mineradoras do mundo, disse que está decidido a aumentar o retorno sobre o capital da empresa, mas que estaria aberto a alguma combinação, caso surja uma proposta atraente.

"Meu trabalho é criar valor, seja de qual forma isso possa ser mostrado", disse Mark Cutifani, um veterano do setor nomeado há 15 meses para virar a mesa depois da saída da diretora-presidente Cynthia Carroll. "Nossa tarefa é fazer um bom trabalho com a empresa e, no fim do dia, se alguém reconhecer o valor, então há uma conversa que pode ocorrer", disse Cutifani.

Em entrevista ao The Wall Street Journal, Cutifani também disse que embora preveja que o preço do minério de ferro vá continuar baixo, a Anglo vai avançar com seu projeto de minério de ferro Minas-Rio, na região central de Minas Gerais, que já sofreu vários atrasos e deve iniciar a produção ainda este ano.

"Esse foguete foi lançado alguns anos atrás", disse Cutifani, referindo-se à mina brasileira que a Anglo comprou em 2008 por US\$ 5,5 bilhões. A estimativa atual é que os investimentos totais necessários somem US\$ 8,8 bilhões, ante uma previsão inicial de US\$ 2,5 bilhões.

Segundo ele, seria "irresponsável" para a Anglo não prosseguir com seu projeto Minas-Rio, que, de acordo com o executivo, poderia enviar minério de ferro para a Ásia a um custo entre US\$ 50 e US\$ 55 por tonelada. A Anglo espera que a produção da Minas-Rio alcance 26,5 milhões de toneladas anuais futuramente.

Mas a Anglo provavelmente não compraria produtoras de minério de ferro em dificuldades se os preços caírem ainda mais, já que a empresa não vai mais alocar capital nenhum a essa commodity, disse Cutifani.

O preço do minério de ferro caiu 35% este ano para cerca de US\$ 87 por tonelada, segundo a provedora de dados Steel Index, à medida em que o crescimento em mercados importantes como a China desacelerou e outras mineradoras, como a BHP Billiton Ltd. e a Rio Tinto PLC, registraram níveis recordes de produção.

Cutifani disse que, se os preços caírem para cerca de US\$ 80 por tonelada, alguns produtores terão dificuldades para se manter no mercado. Mas ele disse também que pode demorar algum tempo até que todo o lado da oferta apresente uma reação.

Ele diz ter constatado que, nessa indústria, é difícil se livrar do excesso de capacidade. Cutifani ressaltou que teme que a pressão negativa sobre os preços do minério de ferro possa ser "maior e mais longa" do que se prevê.

"Há uma oferta enorme [de minério de ferro] chegando e isso vai impactar os lucros, por isso estou preocupado", disse Cutifani.

Embora a Anglo produza diversas commodities, a divisão de minério de ferro e manganês contribuiu com mais de 40% dos lucros subjacentes no primeiro semestre de 2014.

O executivo também alertou que a estratégia dos grandes produtores de continuar ampliando o fornecimento pode sair pela culatra. "A meu ver, ou eles vão tomar uma decisão acertada para os seus investidores ou vão pagar o preço."

Cutifani disse que seu primeiro objetivo é transformar a Anglo numa mineradora de primeira linha, aumentando seu retorno sobre o capital empregado para pelo menos 15% em 2016. Essa métrica caiu para 10% no primeiro semestre deste ano, ante 11% um ano antes.

"É imperativo que alcancemos isso. Temos de conseguir um resultado melhor do que esse número", disse. No início do ano, a Anglo informou que venderia algumas das suas minas de platina mais antigas e profundas, processo que Cutifani diz que levaria pelo menos mais um ano e meio.

Com ativos em commodities que vão de minério de ferro a platina e diamantes em vários continentes, a Anglo é uma das mineradoras mais diversificadas do mundo. Mas apostas ruins - inclusive a de Carroll na mina de minério de ferro no Brasil que estourou o orçamento em mais de US\$ 6 bilhões - corroeram os lucros. A ação da Anglo caiu 55% desde o início de 2011.

Os investidores também se preocuparam com a exposição da Anglo na África do Sul, onde sua subsidiária Anglo American Platinum Ltd., conhecida como Amplats, foi prejudicada por uma greve de cinco meses este ano.

Cutifani tem tomado iniciativas para cortar os custos da Anglo e colocou à venda diversos ativos periféricos. A ação da empresa subiu 17,5% este ano, superando suas maiores concorrentes, a BHP Billiton e a Rio Tinto.

Em meio à desaceleração global das commodities, a Rio Tinto e a BHP também estão vendendo ativos, concentrando seus investimentos num universo menor de commodities e se afastando de um modelo de diversificação que até recentemente caracterizava muitas grandes mineradoras mundiais. Cutifani, porém, disse que continua acreditando no modelo de mineração diversificada.

"Estamos menos direcionados em privilegiar uma determinada commodity porque, a nosso ver, há muitas questões imprevisíveis", disse o executivo.

Investidores e analistas estão acompanhando de perto os esforços de Cutifani para promover uma transformação na empresa.

"Ou a companhia tem um desempenho melhor sob a liderança de Mark Cutifani, e demonstra o valor das [suas] toneladas no solo, ou, então, se não conseguir fazer isso,

levará o tiro de misericórdia que será ordenado em razoavelmente pouco tempo", diz Paul Gait, analista da Sanford C. Bernstein.

Em 2009, a mineradora anglo-suíça Xstrata PLC abordou a Anglo, mas Carroll, o então CEO na época, rejeitou a aproximação.

**24-03/09/2014**

## **Minério cai a US\$ 86,70 e acumula perda de 35% no ano**

Por **Olivia Alonso** | De São Paulo

O minério de ferro caiu pelo segundo dia seguido ontem e foi negociado a US\$ 86,70 por tonelada no mercado à vista da China. O preço do produto é o menor em dois anos e exatamente o mesmo de 5 de setembro de 2012. Entre as razões para a continuidade da queda da commodity, analistas voltam a destacar a forte pressão do excesso global de oferta e o consumo da matéria-prima em estoque pelas siderúrgicas chinesas.

O aumento da produção global, principalmente na Austrália e no Brasil, tem contribuído para a forte queda do preço da commodity neste ano, de 35%.

O analista Ian Roper, do banco de investimento asiático CLSA, cita entre novas operações com baixos custos de produção o Minas-Rio, da Anglo American, com início de embarques previsto para este ano e produção anual de 26,5 milhões, e o projeto australiano Roy Hills, com produção estimada em 55 milhões de toneladas ao ano.

O preço médio do minério neste ano está em US\$ 107 por tonelada, 21% abaixo da média de US\$ 135 no ano passado. Quinze bancos consultados pelo **Valor** estimam uma média de US\$ 105 por tonelada para 2014. Os valores são do minério com concentração de 62% de ferro. Em geral, analistas veem espaço para uma desvalorização ainda maior do preço no curto prazo, mas esperam uma leve recuperação nos últimos meses do ano.

Entre as principais notícias do setor nesta semana está a decisão do governo australiano de retirar impostos sobre o lucro de mineradoras. Analistas do Standard Bank e do Barclays acreditam que a medida não afeta o preço do minério de ferro e nem a Vale.

Segundo os analistas, as principais mineradoras da Austrália - Rio Tinto e BHP Billiton -, já não tinham suas operações afetadas pelo imposto, chamado de MRRT (Minerals Resource Rent Tax), pois tinham compensações fiscais. Eles avaliam, porém, que a isenção do imposto pode ser marginalmente positiva para o setor ao trazer facilidades para empresas em início de produção para levantar recursos.

Os analistas Bruno Rezende e Felipe Beraldi, da Tendências Consultoria, também afirmam que a decisão não deve gerar impactos significativos sobre o balanço entre a oferta e a demanda global do minério. "As mineradoras australianas já vêm aumentando

sua produção ao longo dos últimos meses. Em geral, imposto sobre lucro econômico não afeta decisão de produção das empresas", dizem.

O imposto foi adotado em 2012 para ajudar a pagar contas de previdência, mas gerou discussões entre autoridades políticas. Na ocasião, mineradoras criticavam a iniciativa e alegavam que a taxa poderia reduzir investimentos no setor. Ontem, o governo australiano aprovou a abolição da taxa. Entre os fatores para a decisão, considerou a importância do setor mineral para o crescimento econômico do país.

**25-04/09/2014**

## **PORTOS**

### **Parecer do Ibama para licença em Ilhéus**

Nove analistas do Ibama concederam parecer técnico sobre o megacomplexo portuário do Porto Sul, em Ilhéus (BA), que conclui que só metade das condicionantes socioambientais determinadas na licença prévia foram realmente honradas até o momento. Com isto, há a dúvida sobre a liberação do licenciamento do Porto Sul para o início das obras do empreendimento, orçado em R\$ 3 bilhões para a construção de dois grandes terminais. A primeira licença para atestar a viabilidade ambiental do projeto foi conquistada em 2012. Ela definiu 14 exigências que precisam ser cumpridas para a obtenção da Licença de Instalação (LI). É a LI que permite a construção ou não do porto. O Governo baiano rechaça a decisão do Ibama e diz ter atendido a todas as exigências. O parecer, de 18 de agosto, considera que sete condicionantes foram cumpridas e três não. As outras quatro condicionantes teriam avançado apenas "parcialmente". O Ibama afirma que o parecer não tem decisão final e pode ser reversível. O Porto Sul, em Ilhéus, fica em região de Mata Atlântica, e com forte apelo turístico, conta com apoio de parte da população, mas tem os ambientalistas como opositores. O Porto Sul teve que mudar para Aritaguá, ao norte de Ilhéus, para não atingir comunidades indígenas. O Porto poderá movimentar 100 milhões t em seu 25º ano de operação. Já tem aval da secretaria de Portos. Dos dois terminais a serem construídos, um é da Bahia Mineração, que explora minério de ferro em Caetitê e pretende escoar a produção pela Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), cujo traçado termina em Ilhéus. As obras da ferrovia estão atrasadas. O outro será explorado em sistema de condomínio por empresas selecionadas pelo Governo da Bahia. Poderá movimentar minério, grãos e até contêineres. Um edital de convocação está para sair. Os técnicos do Ibama apontam dúvidas sobre o descarte de efluentes e atraso no plano de adequações de infraestrutura no entorno do porto, além de alegar não ter recebido outorga do direito de uso para recursos hídricos para o projeto. O Governo da Bahia rebate, afirmando que no parecer já constam estudos –não mencionados –, como o plano de infraestrutura no entorno e a construção de um hospital. O Governo informa que foram elaborados 38 programas básicos ambientais com o objetivo de atender às condicionantes e obter a LI. "Em linhas gerais, as condicionantes da LI foram atendidas. Nós temos sido absolutamente transparentes na demonstração dos nossos planos", afirma o coordenador de acompanhamento de políticas de infraestrutura do governo baiano, Eracy Lafuente.

26-04/09/2014

## **Mineradoras criticam custo elevado no embarque**

Por **Francisco Góes** | **Do Rio**

Porto Sudeste, em Itaguaí (RJ), está em fase de conclusão e vai começar a operar no quarto trimestre, mas capacidade nominal só será atingida em 2016

A queda nos preços do minério de ferro, que está em um dos menores patamares dos últimos anos, abre uma discussão entre mineradoras brasileiras que não têm porto próprio sobre os custos logísticos para se exportar a commodity. Essas mineradoras, situadas em Minas Gerais, consideram que a tarifa portuária pode inviabilizar a exportação no atual cenário de preços do minério de ferro. Tudo depende do nível em que a tarifa pelo serviço portuário for fixada. A discussão se concentra nas operações feitas via Itaguaí (RJ). O município, na região metropolitana do Rio, está reforçando sua posição como "hub" (porto concentrador) para a exportação de minério de ferro na região Sudeste do país.

"Temos ainda hoje no Brasil uma tarifa portuária supervalorizada. Esse cenário era suportado anteriormente pelo alto preço do minério de ferro no mercado internacional. Hoje, porém, não podemos pensar somente em tarifa portuária. É importante analisar toda a cadeia de logística, da mina ao porto. Além do porto, há necessidade de redução no preço ferroviário também, que é muito alto", disse Sebastião Costa Filho, presidente da ArcelorMittal Mineração Brasil. Em Itaguaí, existe um porto público administrado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), onde operam dois terminais para a exportação da commodity: um da Vale e outro da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

A Vale está investindo R\$ 350 milhões para modernizar e maximizar a capacidade do seu terminal em Itaguaí, administrado pela Companhia Portuária Baía de Sepetiba (CPBS), e no vizinho Terminal de Ilha Guaíba (TIG). Esses dois terminais da Vale vão embarcar 66 milhões de toneladas de minério de ferro em 2014, 6,4% acima de 2013. A CSN teve aprovado, pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), projeto que prevê investimentos de R\$ 2,5 bilhões no terminal de granéis sólidos (Tecar) da empresa em Itaguaí em troca de prorrogação de contrato por 25 anos.

Ao lado do Porto de Itaguaí, vai começar a funcionar, até o fim do ano, o Porto Sudeste, vendido pela MMX, de Eike Batista, em fevereiro, para consórcio formado pela trading Trafigura e por Mubadala, empresa de Abu Dhabi. Está claro, por outro lado, que investimentos em expansão anunciados por mineradoras de médio porte em Minas Gerais podem não mais se realizar, pelo menos por enquanto, conforme se previu originalmente. Muitos dos projetos foram anunciados quando os preços da commodity situavam-se na faixa dos US\$ 130 por tonelada no mercado à vista da China. Ontem, esse preço atingiu US\$ 85,70, a menor cotação em quase cinco anos.



Costa Filho, da ArcelorMittal, disse que o plano de expansão da empresa em Minas Gerais permanece aguardando as perspectivas de evolução do mercado. "Mas estamos sempre caminhando no que tange a estudos de viabilidade, licenciamentos e [projeto] conceitual", afirmou. Este ano a ArcelorMittal deve produzir 4,3 milhões de toneladas de minério de ferro. Já a Usiminas Mineração (Musa), outra mineradora de médio porte, deve produzir este ano 7 milhões de toneladas de minério de ferro.

***"Temos hoje no Brasil uma tarifa portuária supervalorizada e o preço ferroviário é alto", diz ArcelorMittal***

A situação atual parece ser, portanto, de um cenário de maior capacidade portuária do que oferta de produto para ser embarcado via Itaguaí, especialmente via Porto Sudeste. Os terminais da Vale e da CSN no Porto de Itaguaí têm demanda cativa das duas empresas que utilizam a infraestrutura disponível no local para escoar a produção própria de minério de ferro de Minas Gerais. Tanto Vale quanto CSN costumam abrir "janelas" para ofertar serviços de embarque para terceiros. No fim de julho, a Vale abriu "janela" para embarque de dois lotes de minério de ferro de terceiros, cada um de 700 mil toneladas, no seu terminal.

Um dos lotes foi ganho pela Ferrous Resources, de Belo Horizonte, que ofereceu pagar à Vale tarifa de US\$ 17,04 por tonelada. No outro lote, o preço ofertado ficou na faixa de US\$ 14 por tonelada, abaixo do mínimo de US\$ 17 por tonelada estabelecido no leilão, e não houve negócio. Ferrous e Vale não quiseram comentar o leilão por haver cláusulas de sigilo. Para uma fonte do setor, o leilão demonstrou que o porto de Itaguaí não está completamente aberto para mineradores que queiram exportar. "Quando se trata de logística, as margens [entre quem vende e quem compra o serviço] têm que estar distribuídas de forma racional", disse o executivo. Ele defendeu que os preços mínimos para embarque de minério de ferro em Itaguaí sejam revistos para baixo.

Apesar da queixa, a Vale planeja embarcar este ano cerca de 4,2 milhões de toneladas de minério de ferro de terceiros utilizando seu dois terminais na região Sudeste do país. Desse total, 1,2 milhão de toneladas será escoado via Porto de Tubarão, no Espírito Santo, e 3 milhões de toneladas via terminal da CPBS, em Itaguaí.

Claudio Soares, diretor de planejamento e relações comerciais da CDRJ, disse que se uma empresa se sentir prejudicada por entender que as tarifas cobradas no porto são altas pode entrar com pedido de reclamação perante a Docas, que é a autoridade portuária de Itaguaí. Mas por enquanto não houve reclamações. Soares disse que o projeto do terminal do Meio, em Itaguaí, quando for licitado, poderá ter uma função importante de regular o mercado naquela região. O Terminal do Meio é um projeto antigo para licitar um novo terminal de granéis sólidos no Porto de Itaguaí, entre as instalações da Vale e da CSN.

Enquanto isso, na vizinhança, o Porto Sudeste trabalha com a previsão de começar as operações no começo do último trimestre de 2014, afirmou o diretor de operações do

novo terminal, Eugênio Mamede. No mercado há dúvidas, porém, sobre quais serão as tarifas cobradas pelo Porto Sudeste dado o atual cenário de preços do minério de ferro. O Porto Sudeste tem um contrato firme ("take or pay") para embarque com a Usiminas cuja tarifa foi fixada em US\$ 12,63 por tonelada. Os primeiros embarques estabelecidos nesse contrato deviam ter ocorrido em 2012 e 2013. Mas as obras do porto atrasaram e os embarques não foram realizados. Hoje, a dívida do porto com a Usiminas nesse contrato ultrapassa os R\$ 300 milhões.

No mercado, existem avaliações de que haveria pouco espaço para o Porto Sudeste cobrar de novos clientes tarifas muito acima dos US\$ 12 por tonelada, como acertado com a Usiminas, no contexto atual de mercado. "O Porto Sudeste tem vocação para ser referência em terminais portuários de minério de ferro e estratégico para atender o mercado brasileiro, portanto seu potencial é de médio a longo prazo", disse Mamede. Ele afirmou que o porto deve atingir a capacidade nominal total, de 50 milhões de toneladas por ano, em 2016. No mercado, também se questiona se o porto terá capacidade de pátio, na atual configuração, para atingir essa capacidade nominal.

Sobre esse ponto Mamede afirmou: "Esperamos que haja um aumento de demanda gradual até o alcance da capacidade prevista para a primeira fase de 50 milhões de toneladas por ano." Os primeiros carregamentos de minério pelo Porto Sudeste devem ser feitos com navios Panamax, com capacidade de 75 mil toneladas, mas depois embarcações maiores vão atracar no porto, informou. **(Colaborou Olivia Alonso, de São Paulo)**

**27-04/09/2014**

### **Prevaleceu o bom senso na gestão do Paraíba do Sul**

Por **Patrick Thomas**

"Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais". Esse fundamento consta do inciso 3 do artigo 1º da Lei 9.433, de 1997, a chamada "Lei das Águas". Não há discordância com relação a este fundamento que busca, em situações de escassez, preservar os usos mais nobres da água, que estão associados à manutenção da vida, em detrimento das demais atividades que dependem de água como insumo, a exemplo da irrigação, indústria, geração hidrelétrica, mineração e outras.

Com base neste fundamento, o Estado de São Paulo alegou que foi necessário determinar a redução da vazão defluente da usina hidrelétrica (UHE) Jaguari, descumprindo a determinação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), para preservar o abastecimento humano da cidade de Santa Isabel, que tem sua captação de água localizada no reservatório.

Também não haveria discordância com relação à aplicação do fundamento ao caso concreto de Santa Isabel se não houvesse outras cidades dependendo daquelas águas. As captações da cidade de Santa Isabel no reservatório da UHE Jaguari atendem a 18 mil pessoas, enquanto as águas liberadas a jusante para o rio Paraíba do Sul contribuem para o atendimento de 10,9 milhões de habitantes em 31 cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro.

***Alteração nos reservatórios da bacia do Paraíba do Sul não devem ser adotadas de forma unilateral***

Ora, a menos que a lei tivesse estabelecido que o cidadão de Santa Isabel tem mais direito à água do que seus vizinhos em São José dos Campos, Pindamonhangaba, Rio de Janeiro e nas outras 28 cidades, não há justificativa para priorizar o atendimento a esta cidade em detrimento das demais.

Para evitar que este tipo de situação ocorra e garantir os usos múltiplos das águas na bacia do rio Paraíba do Sul, a Agência Nacional das Águas (ANA) estabeleceu, em maio de 2003, uma resolução que define regras a serem adotadas para a operação do sistema hidráulico da bacia, que compreende, além dos reservatórios nela localizados, como o Jaguari, as estruturas de transposição das águas do rio Paraíba do Sul para o sistema Guandu, que atende à Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Essas regras são necessárias pois a bacia é formada por águas de domínio dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e da União e as decisões sobre o uso da água de um Estado podem influenciar os demais usos localizados nos demais Estados. Registre-se que nesta bacia a ANA não delegou a gestão para os Estados, como fez na bacia do rio Piracicaba. Portanto, essas regras representam o pacto federativo para a gestão compartilhada das águas na bacia.

Ao ONS compete definir a operação das usinas da bacia de modo a cumprir as regras estabelecidas pela ANA. No caso específico do aumento da vazão defluente da UHE Jaguari, tratava-se de uma operação padrão para o período de estiagem que já fora praticada em anos anteriores. Segundo o ONS, se essa medida não fosse implementada haveria um desestoque desproporcional entre o reservatório de Jaguari e os demais reservatórios da bacia, levando a um esgotamento completo dos volumes úteis dos reservatórios de Paraibuna, Santa Branca e Funil no decorrer da estação seca.

Esse esgotamento completo significaria, além do descumprimento da resolução da ANA, um sério risco de colapso do abastecimento humano de todas as cidades que dependem dos reservatórios da bacia do rio Paraíba do Sul.

Então, como resolver o impasse? Como atender a Santa Isabel sem prejudicar as demais cidades no meio de um período de estiagem severa?

A solução está na adequação das regras atuais de gestão da bacia ao período de estiagem que está ocorrendo. Ao longo de 2014, a ANA já editou três resoluções que alteraram as

regras da bacia, de modo a garantir que os seus reservatórios chegassem ao fim do período seco com um volume mínimo de armazenamento que garantisse o atendimento aos usos múltiplos.

Foram promovidas reduções progressivas na vazão que chega à barragem de Santa Cecília - onde ocorre a transposição para o rio Guandu - de 190 m<sup>3</sup> /s para 165 m<sup>3</sup> /s, com impactos sobre as cidades localizadas no rio a jusante, como Barra do Pirai e São João da Barra, bem como sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que utiliza as águas do rio Guandu.

Porém, essa redução de 25 m<sup>3</sup> /s em Santa Cecília foi implementada somente após discussões e avaliações de impacto sobre toda a bacia no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (Ceivap), em conjunto com o comitê da bacia do rio Guandu, os comitês de rios afluentes ao rio Paraíba do Sul, usuários de recursos hídricos e representantes dos órgãos gestores de recursos hídricos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Assim, entendemos que medidas que alterem a operação dos reservatórios do sistema hidráulico da bacia do rio Paraíba do Sul - como aquela adotada pelo governo de São Paulo na UHE Jaguari - são possíveis desde que discutidas previamente com os demais usuários e atores da bacia, para avaliação dos impactos decorrentes. Mas não deveriam ser adotadas de forma unilateral, como foi feito.

Felizmente, prevaleceu o bom senso e foi estabelecido um acordo entre os representantes do governo federal e dos governos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro que restabeleceu as vazões defluentes da UHE Jaguari e implicará em uma nova alteração das regras da bacia, reduzindo em mais 5 m<sup>3</sup> /s a vazão afluente a Santa Cecília, visando a preservar os seus usos múltiplos até o final do período de estiagem.

Patrick Thomas é Superintendente-adjunto de Regulação da Agência Nacional e Águas.

**28-04/09/2014**

### **Carf mantém autuação de R\$ 4 bi contra CSN**

Por **Laura Ignacio** | De São Paulo

Após um julgamento acirrado, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) manteve uma autuação bilionária da Receita Federal à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A empresa, segundo o Fisco, teria deixado de pagar Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) relativos aos ganhos reais obtidos com a venda de 40% da mineradora Namisa para um consórcio de investidores chineses e coreanos em 2008. A autuação original foi de aproximadamente R\$ 6,3 bilhões. O valor, porém, foi reduzido para cerca de R\$ 4 bilhões porque a cobrança da chamada multa qualificada de 150% foi revista para o percentual de 75%.

A decisão, da 1ª Turma da 4ª Câmara da 1ª Seção do Carf, foi proferida por voto de desempate. Dessa decisão ainda cabe recurso no próprio conselho.

Conforme o processo, a empresa teria realizado um planejamento tributário ilícito. Em 2008, a CSN informou ao mercado a venda de 40% do capital da Namisa por US\$ 3,12 bilhões, mas na declaração do Imposto de Renda do período informou ter recebido R\$ 87,56 milhões a título de receitas relativas a alienações de bens, receitas e investimentos relativos à venda da mineradora.

Segundo o relatório do Fisco, uma auditoria realizada na Namisa demonstrou que, para dissimular a venda e afastar a configuração de ganho de capital para a CSN, foi criada uma empresa veículo que nunca teria existido fisicamente. Essa empresa teria sido usada para transferir R\$ 7,4 bilhões das empresas estrangeiras para a CSN.

Do total, R\$ 86,56 milhões teriam sido transferidos diretamente da empresa veículo para a CSN pela venda da Namisa. Já R\$ 7,28 bilhões teriam sido passados da empresa veículo para a própria Namisa como aporte de capital. No mesmo dia, porém, os R\$ 7,28 bilhões teriam sido repassados da Namisa à CSN, como pagamento antecipado pela aquisição futura de minério de ferro. Sem a necessidade de apresentação de garantia ou seguro.

A multa qualificada foi derrubada porque os conselheiros consideraram que não houve intenção de fraude (produção de prova falsa ou ocultação do ocorrido).

A CSN informou que não se manifestará sobre a discussão. No processo, a companhia afirma que houve o fornecimento de minério de ferro e que ocorreu a prestação de serviços de logística. "A fiscalização apurou que simultaneamente ao contrato de compra e venda foram realizados contratos de fornecimento de minério de ferro da CSN à Namisa, que seriam, na verdade, o pagamento pela venda de capital da Namisa e sustentamos isso", afirma o procurador da Fazenda Nacional Marco Aurélio Marques. "Comprovamos a inexistência do pagamento pelo minério. Ou a CSN teria vendido uma empresa de bilhões por milhões de reais", diz.

Como a Namisa incorporou a empresa veículo, o Fisco também autuou a empresa. Constatou que, nos três anos seguintes (2009, 2010 2011), a companhia teria reduzido seu lucro real - base de cálculo do IR e CSLL - para amortizar o ágio irregularmente constituído pela empresa veículo. A mesma Turma do Carf julgou o auto de infração aplicado contra a Namisa. Porém, em consequência do julgamento relativo à autuação da CSN, cancelaram o auto de infração.

O ágio - valor pago pela rentabilidade futura da empresa adquirida - seria a outra ponta da operação. Quem compra ou incorpora registra o ágio e pode amortizar esse valor para pagar menos IR e CSLL. "Argumentamos que a empresa veículo, constituída pelos investidores estrangeiros no Brasil, foi criada exclusivamente para a dedução desse ágio", afirma Marques. Como entenderam que a venda do capital da Namisa realmente

ocorreu, e por um valor bilionário, os conselheiros concluíram que essa empresa realmente existiu e aceitou a dedução do ágio.

Na "Rodada de Debates: Grandes Questões em Discussão no Carf", realizada nesta semana em São Paulo, um dos temas discutidos foi o ágio decorrente de investimentos estrangeiros por meio de empresa veículo. "É comum no mercado que os estrangeiros façam investimentos via empresa veículo brasileira para ter mais segurança jurídica e poder amortizar o ágio", diz a advogada Karem Jureidini Dias, conselheira do Carf e coordenadora do evento. "Se efetivamente ocorreu a aquisição, entre partes não relacionadas, o uso de empresa veículo é lícito", afirma.

**29-04/09/2014**

#### **LEI DOS REMINERALIZADORES É DISCUTIDA NO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**

A oficina de trabalhos "Remineralizadores – Elementos Potencialmente Tóxicos" realizada nesta terça-feira (02/9), no Ministério de Minas e Energia, teve como temática principal a sanção da Lei nº 12.890/2013 – Lei dos Remineralizadores. A ocasião contou com a participação do secretário de Geologia Mineração e Transformação Mineral (MME), Carlos Nogueira, da pesquisadora e geóloga da CPRM, Magda Bergmman, do chefe da Divisão de Minerais e Rochas Industriais (Dimini), Ruben Sardou e o Pesquisador em Geofísica Oliveira Americo Cavalcante.

"O que está se conversando tem importância fundamental em um processo de discussão acadêmica técnica, que envolve vários ministérios do governo federal e empresas coligadas na busca de rotas alternativas para um país de dimensão continental, com diversidade geológica fantástica, mas com um custo muito grande ainda no sentido de importação de insumos agrícolas", disse Nogueira.

"Esse diálogo vem na linha de minimizar ou de difundir outras práticas que possam fazer com que os agricultores, os pequenos, os micros quem sabe no futuro os grandes também possam utilizar desses insumos para melhorar tanto a fertilidade do solo recompondo, como a produtividade e qualidade da agricultura brasileira", complementou o secretário.

No evento foram debatidos os parâmetros relacionados à presença de elementos potencialmente tóxicos presentes nas rochas, para a elaboração de uma lista que elenque tais elementos e, também, limites de concentrações permitidas que não ofereçam risco à saúde humana e ambiental.

Magda Bergmman afirmou que a CPRM está presente no evento para contribuir na missão de definir parâmetros na inclusão dessas rochas enquanto remineralizadores do

solo. “Uma vez que foi aprovada essa lei que inclui uma vasta gama de materiais como fertilizantes, nos resta normatizar os critérios através da legislação complementar, que vão incluir ou excluir as rochas que serão utilizadas”, disse.

O objetivo principal proposto é dialogar com especialistas sobre os limites de concentração dos elementos a serem permitidos no universo dos diversos tipos de rochas que são utilizadas para alterar os níveis de fertilidade dos solos. Além disto, esta Oficina deverá resultar na elaboração de uma proposta que contenha a sugestão de quais elementos seriam limitantes ou as concentrações máximas permitidas. Este material deverá compor o Anexo da Instrução Normativa, a ser instituída pelo MAPA.

Ruben Sardou fala da relevância do evento para a CPRM. “Esse evento se traduz de uma importância muito grande que já vem, há uns três ou quatro anos, desenvolvendo trabalhos na área de agrominerais, especificamente agora com projetos atuando nos estados do Rio Grande do Sul e da Bahia. Esses trabalhos, que fazem parte de uma programação da Diretoria de Geologia no Departamento de Recursos Minerais e da Dimini, tem a previsão de conclusão em 2015”, concluiu.

Fonte: CPRM

**30-04/09/2014**

### **Mineradora Largo faz primeiro carregamento de vanádio em mina na Bahia**

Reuters

(Reuters) - A mineradora Largo Resources disse nesta quarta-feira que realizou sua primeira entrega de pentóxido de vanádio de sua mina Maracás Menchen, na Bahia.

A produção na mina começou em 2 de agosto.

A empresa canadense informou que a produção está estabilizada em 8 a 12 toneladas do mineral por dia, cerca de 40 por cento da meta da primeira fase do projeto.

A capacidade total de 9.600 toneladas por ano deverá ser atingida em 12 meses ou menos. A mineradora espera produzir 7,5 por cento da oferta global do ingrediente de fabricação de aço.

Com a China produzindo mais aço de alta qualidade semelhante ao dos padrões europeu e norte-americano, a procura por vanádio aumentou.

O vanádio é usado principalmente em ligas para fortalecer o aço e reduzir seu peso.

A Largo tem ativos no Canadá e no Brasil, e a operação da mina localizada a 250 km de Salvador (BA) é seu principal objetivo neste momento.

A mina baiana tem o depósito com maior concentração de vanádio já descoberta, o que permitirá a produção com baixos custos, disse a empresa.

A empresa tem um contrato de seis anos para vender 100 por cento de sua produção para a gigante de commodities de mineração Glencore Xstrata.

(Por Gustavo Bonato, em São Paulo)

**31-04/09/2014**

## **Ferrous revê estudos para ampliação de mina de Viga**

A Ferrous Resources do Brasil contratou um consórcio formado pelas empresas Arcadis-Logos e Ausenco para a revisão da engenharia básica e dos estudos de viabilidade para a expansão da mina de minério de ferro Viga, em Congonhas (MG). A expectativa é que os trabalhos sejam concluídos até fevereiro de 2015. Em nota, a Ferrous informou que a medida foi tomada porque foram identificadas oportunidades de melhorias no projeto.

Os trabalhos visam à expansão de sua produção e o crescimento da empresa de forma gradativa e independente. O plano de investimentos na expansão da mina de Viga foram mantidos em US\$ 1,3 bilhão, e o objetivo é ampliar a capacidade da mina dos atuais 5 milhões t/ano para 15 milhões t/ano de minério de ferro até 2017. As obras de expansão da mina começaram em julho e estão previstas para serem finalizadas em dezembro de 2017. Além do investimento, serão gerados cerca de 3,5 mil empregos durante a implantação e outros 2,5 mil na operação.

A Ferrous informou que as principais estruturas do projeto são britagens primária, secundária e terciária, peneiramentos, moagem, ciclonagem, flotação, espessamento, mineroduto, filtragem, rejeitoduto, barragem de rejeito. Estão previstos ainda pátio de estocagem e carregamento ferroviário, captação de água nova e recirculada, linha de transmissão de energia elétrica, subestações principal e secundárias e novas instalações de apoio industrial e administrativas

A Ferrous Resources do Brasil contratou um consórcio formado pelas empresas Arcadis-Logos e Ausenco para a revisão da engenharia básica e dos estudos de viabilidade para a expansão da mina de minério de ferro Viga, em Congonhas (MG). A expectativa é que os trabalhos sejam concluídos até fevereiro de 2015. Em nota, a Ferrous informou que a medida foi tomada porque foram identificadas oportunidades de melhorias no projeto.

Os trabalhos visam à expansão de sua produção e o crescimento da empresa de forma gradativa e independente. O plano de investimentos na expansão da mina de Viga foram mantidos em US\$ 1,3 bilhão, e o objetivo é ampliar a capacidade da mina dos atuais 5 milhões t/ano para 15 milhões t/ano de minério de ferro até 2017. As obras de expansão da mina começaram em julho e estão previstas para serem finalizadas em dezembro de 2017. Além do investimento, serão gerados cerca de 3,5 mil empregos durante a implantação e outros 2,5 mil na operação.

A Ferrous informou que as principais estruturas do projeto são britagens primária, secundária e terciária, peneiramentos, moagem, ciclonagem, flotação, espessamento, mineroduto, filtragem, rejeitoduto, barragem de rejeito. Estão previstos ainda pátio de estocagem e carregamento ferroviário, captação de água nova e recirculada, linha de transmissão de energia elétrica, subestações principal e secundárias e novas instalações de apoio industrial e administrativas

Fonte: Brasil MNineral



**32-04/09/2014**

### **Projeção é de queda de consumo em 2015**

Segundo o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (Snic) em conjunto com a Galanto Consultoria, o consumo de cimento no mercado interno deve crescer 1,4% este ano, índice bem abaixo dos 2,4% registrados em 2013. Para o próximo ano, a projeção é ainda menor que 1,4%. O recuo no consumo do setor brasileiro de cimento está relacionado à construção de imóveis residenciais.

A área de edificações representa 75% do mercado para o produto. Destes 75%, 50% estão vinculados à moradia – a outra metade é dividida em partes iguais entre obras não-residenciais e de infraestrutura. Os dados mais atualizados, de maio, mostraram queda de 0,7% no consumo na comparação com o mesmo mês de 2013. Desde junho, após decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) relacionada à condenação de cimenteiras por prática de cartel, o Snic está proibido de divulgar estatísticas mensais do setor. O Snic vai recorrer da decisão.

Fonte: Brasil Mineral

**33-04/09/2014**

### **Aécio promete investir na infraestrutura, acabando com um dos gargalos da mineração**

O candidato Aécio planeja investir mais na infraestrutura e nos portos. Com a falta de ferrovias, boas estradas e de portos o Brasil sofre de um problema crônico: não podemos exportar na velocidade e volume que o país deveria. Esse “gargalo” é agravado quando ocorrem os booms das commodities.

Nestes períodos extraordinários, onde o país deveria faturar como nunca, vemos os portos abarrotados de minério e de grãos sem poder dar a vazão que o mercado demanda. Um problema que Dilma prometeu resolver, mas não cumpriu. Mesmo assim, nestas ocasiões, o governo, sempre em busca de votos, celebra mais um recorde de exportação, nunca considerando aquilo que o País perde pela falta de investimento em ferrovias e portos. São prejuízos colossais que atrasam a mineração e o país. E, mais uma das róseas estatísticas para anestesiar a população é criada. No final do dia o governo pinta um país, que nós do setor, sabemos que não existe.

Infelizmente entendemos que neste momento da campanha qualquer candidato, mesmos aqueles nanicos que não conseguem chamar a atenção de mais de uma dúzia de cidadãos desocupados, pode prometer mundos e fundos. Mesmo assim uma promessa como a de Aécio de “Superar o gargalo de portos ineficientes e sem investimentos será uma das principais metas do nosso programa de governo” nos é extremamente simpática e nos faz sonhar com um Brasil diferente.

Afinal, o combalido universo das empresas de pesquisa mineral e da mineração, onde faltam investidores, que foram afugentados pelo descaso do governo e por leis xenofóbicas está precisando, desesperadamente, de um governo que realmente faça a diferença.

Nunca o setor esteve tão abandonado pelas autoridades. Será que Aécio consegue? Ou estamos a ver mais uma promessa, como as muitas feitas no calor das campanhas, mas que nunca foram efetivamente cumpridas...

Fonte: [www.geologo.com.br](http://www.geologo.com.br)

**34-05/09/2014**

### **Tonga larga na frente e é o primeiro país do mundo a regular a mineração no fundo do mar**

O governo de Tonga está criando e negociando, com as empresas de mineração, as leis que irão regular a mineração do fundo do mar e seus impactos ambientais. Mesmo alguns anos longe do início da lavra, Tonga mostra que um bom planejamento não é coisa só das grandes economias.

O pequeno arquipélago na Oceania, com pouco mais de 107.000 habitantes, está na frente dez anos e cria um precedente aos outros países. O que ocorre em Tonga passa a ser uma referência aos países, como o Brasil, que são banhados pelos oceanos e que, mais cedo ou mais tarde, terão que enfrentar e normatizar a lavra dos seus fundos oceânicos.

Fonte: [www.geologo.com.br](http://www.geologo.com.br)

**35-05/09/2014**

### **Molibdênio: Chile aumenta a produção**

O Chile deverá produzir 44.900t de molibdênio em 2014. Trata-se de um aumento de 16% em relação a 2013. O maior motivo deste excelente desempenho é o aumento da produção da Codelco e de Collahuasi. Nos próximos anos o volume de molibdênio produzido irá aumentar mais ainda, graças à entrada em produção de grandes minas e expansões como Sierra Gorda, Caserones e Collahuasi.

Fonte: [www.geologo.com.br](http://www.geologo.com.br)

**36-05/09/2014**

## **Novo Código de Mineração: até quando esperar?**

A indústria da mineração mundial atravessa um momento difícil, e a mineração brasileira não é diferente.

Enquanto o Peru, nosso vizinho, incentiva e facilita os investimentos na mineração, gerando receita para o país e empregos para seu povo, aqui temos visto justamente o contrário, investimentos cada vez mais escassos e profissionais da área perdendo o seu trabalho.

Até quando vamos ter que esperar? Mineração é uma atividade essencial para a comunidade. Acorda Brasil!

Fonte: Mining.com

**37-05/09/2014**

### **DUSOLO CONCLUI CAMPANHA DE SONDAGEM NO ALVO SANTIAGO**

A DuSolo Fertilizers informou na última quarta-feira (03/09) que concluiu a campanha de sondagem no alvo Santiago, que faz parte do projeto Bomfim, em Tocantins. A mineradora obteve resultados que apontaram mineralização contínua, próxima ou na superfície, com intervalos significantes e alto teor.

Um dos furos identificou interseção de dez metros com teor de 20,53% de pentóxido de fósforo (P2O5). Até o momento, a DuSolo recebeu o resultado de 20 furos de sondagem dos 41 que foram realizados. O teor de corte do projeto é de 8% P2O5.

Segundo comunicado enviado ao mercado nesta quinta-feira (04/09) pela empresa, a campanha de sondagem foi realizada, entre outros objetivos, para provar a continuidade lateral da camada mais elevada de fosforito.

Com os resultados da campanha de sondagem, a DuSolo também conseguiu comprovar uma pequena porção de alto teor dos recursos inferidos do alvo Santiago e, conseqüentemente, fornecer consistência geológica para outras áreas dentro do alvo.

Segundo a mineradora, os resultados também forneceram as informações confiáveis necessárias para desenvolver, por muitos anos, uma operação de Fertilizante Natural de Aplicação Direta (Danf, na sigla em inglês), dentro de uma pequena área do alvo Santiago.

“Nós estamos muito satisfeitos em confirmar a presença de uma zona contínua de alto teor de fosforito por meio de resultados obtidos na área onde foi realizada a campanha de sondagem. Esses resultados dão ainda mais credibilidade para a estimativa inicial de recursos de Santiago e nos fornecem confiança geológica para uma operação Danf”, disse Paulo Amorim, vice-presidente de Exploração da DuSolo.

Segundo a mineradora, o alvo Santiago tem recursos inferidos de 3,4 milhões de toneladas de minério, com teor de 14,5% de P<sub>2</sub>O<sub>5</sub>, sob um teor de corte de 8% de P<sub>2</sub>O<sub>5</sub>.

A DuSolo Fertilizers, antiga Eagle Star, é uma mineradora canadense voltada para o desenvolvimento, exploração e aquisição de oportunidades de fosfato no Brasil. Além de Bomfim, a empresa controla o projeto Ruth e o projeto Samba, ambos no Estado do Piauí.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

**38-05/09/2014**

### **SEMA ANALISA LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE MINERADORA DE COBRE NO PARÁ**

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) analisa, para que ocorra até o fim desse mês, a concessão da licença de instalação da Mineradora Caraíba, que irá trabalhar com a exploração do cobre no município de Tucumã (PA), região Araguaia.

O objetivo da mineradora é a implantação de um projeto mineral para lavra e beneficiamento de cobre, na localidade de Boa Esperança, de acordo com a legislação ambiental vigente, para o desenvolvimento sustentável dentro das exigências da Sema.

A iniciativa pretende lavrar cerca de 3,6 milhões de toneladas por ano de minério de cobre com teor médio de 0,88%, gerando 110 mil toneladas de concentrado, o que equivale a 30 mil toneladas por ano de cobre metálico, contendo cobalto como subproduto.

Fonte: Ascom Sema

**39-05/09/2014**

### **GEÓLOGOS ESTÃO ENTRE OS MAIS BEM REMUNERADOS PROFISSIONAIS FORA DO ESCRITÓRIO**

Engenheiro de minas e geólogo estão entre as profissões com maiores salários para quem não quer trabalhar trancado em um escritório. Essas atividades fazem parte de uma lista feita pelo website Business Insider. O ranking de profissões foi feito com base nas médias salariais calculadas pelo Bureau of Labor Statistics, uma agência norte-americana que gera estatísticas sobre empregos.

A lista do Business Insider foi formada por 13 profissões. Engenheiros de minas e geólogos ficaram no 13º lugar do ranking. Segundo dados da agência americana, um

engenheiro de minas ou um geólogo ganham cerca de US\$ 96.950 por ano nos Estados Unidos, o que dá algo perto de R\$ 18 mil por mês.

As profissões listadas pelo Business Insider foram escolhidas para pessoas que não gostam de cumprir o expediente dentro de um escritório, em frente a um computador. A ordem entre as profissões foi estabelecida com base na remuneração anual de cada atividade.

No topo da lista, aparecem os médicos, que ganham US\$ 191.880 por ano, em média, nos Estados Unidos. O salário mais alto dentro da classe é o da especialidade de anestesiologia, que pode receber cerca de US\$ 235 mil por ano.

A lista é bem variada, com enfermeiro anestesiologista e piloto de avião em segundo e quarto lugares, respectivamente. Engenheiro de petróleo aparece em terceiro lugar, com um salário anual médio de US\$ 149,1 mil.

Engenheiro espacial e professor da área de saúde também aparecem na lista. O ranking conta ainda com engenheiro químico, professor de engenharia, professor de economia, gerente de produção industrial e geocientista. Destaque para o geocientista, que ficou em sexto lugar, e recebe remuneração média de US\$ 108,4 mil por ano no país norte-americano.

As médias salariais do U.S. Bureau of Labor Statistics, utilizadas como referência na lista do Business Insider, servem de parâmetro para estudos do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, equivalente ao Ministério do Trabalho no Brasil.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

**40-05/09/2014**

### **Novo diretor na MRS**

A concessionária de ferrovias MRS Logística, controlada por CSN, Vale, Usiminas e Gerdau, definiu ontem seu novo diretor de Operações - o engenheiro Daniel Dias. Com 34 anos, o executivo teve passagens por áreas de planejamento, controle operacional e engenharia na companhia. No ano passado, a MRS teve receita bruta de R\$ 3,32 bilhões, com transporte de 155 milhões de toneladas de cargas (70% de minério de ferro). No primeiro semestre de 2014, fechou com 77,4 milhões de toneladas.

Fonte: Valor

**41-05/09/2014**

### **Alta do níquel dificulta acordo Vale-Glencore**

Por **Francisco Góes e Alessandra Saraiva** | **Do Rio**

A recuperação nos preços do níquel tornou mais difícil a conclusão de uma joint venture entre a Vale e a Glencore, na visão de analistas de bancos ouvidos pelo **Valor**. As duas empresas estavam em negociações para combinar as operações de exploração de níquel na bacia de Sudbury, no Canadá. "Fusões e aquisições e parcerias são sempre mais fáceis quando o mercado está ruim, o que não é o caso agora", disse um analista.

O níquel se valorizou com a proibição da exportação de minério de níquel pela Indonésia, um grande produtor. Mais recentemente o preço do metal se estabilizou, situando-se na faixa entre US\$ 18 mil e US\$ 20 mil por tonelada. O níquel é usado na produção de aço inox.

A discussão entre Vale e Glencore vem se desenvolvendo há algum tempo e havia expectativa de que as empresas chegassem a um desfecho sobre o tema no primeiro semestre de 2014, o que não aconteceu. Em 2013, quando a parceria estava em estágio inicial de discussões, as duas empresas avaliavam as opções, o que poderia incluir, inclusive, a venda de ativos de uma empresa para a outra, segundo foi noticiado à época.

Na divulgação dos resultados do segundo trimestre de 2014, o diretor-executivo de metais básicos e tecnologia da informação da Vale, Peter Poppinga, deu a entender, em teleconferência, que as negociações com a Glencore tinham sido reavaliadas para outro patamar: "Fizemos uma pausa estratégica nas grandes discussões". Poppinga disse, na ocasião, que o processo envolvendo a Glencore tinha se voltado para pequenos projetos de forma individual, com "pequenas sinergias" sendo realizadas. Segundo ele, algum progresso vinha sendo alcançado.

Esta semana circularam informações de que Vale e Glencore teriam interrompido as discussões sobre a combinação de seus ativos de níquel no Canadá. Procurada, a Vale disse que não faria comentários sobre o tema.

Outro analista disse que a joint venture faz todo sentido, pois ela visa buscar melhorias operacionais e aumentar a rentabilidade do negócio. "Mas não acredito que seja algo super importante para as duas empresas. E acredito que os ganhos [economias] operacionais não passariam de algumas centenas de milhões de dólares por ano", disse o analista. No mercado, há projeções de que as economias poderiam atingir cifras de US\$ 1 bilhão por ano.

**42-05/09/2014**

## **EMPRESAS MINEIRAS VÃO ÀS COMPRAS DE ATIVOS**

As empresas mineiras saíram às compras no primeiro semestre de 2014. No período, foram registradas 16 transações de aquisições de ativos, alta de 31% na comparação com os primeiros seis meses de 2013. A operação inversa, ou seja, a venda de ativos para empresas de outros Estados ou até mesmo estrangeiras, caiu 45%, fechando o semestre com 19 transações. As informações são da pesquisa de Fusões e Aquisições elaborada pela KPMG.

De acordo com o sócio da empresa de consultoria e responsável pelo levantamento, Luis Motta, a base de comparação de 2013 é forte. Ele explica que foram 32 transações de venda de ativos de empresas mineiras naquele ano, enquanto as companhias do Estado participaram de 11 transações de compra lá fora.

“O que vivenciamos agora é um momento fora da curva. É o mercado voltando ao normal”, afirma Motta. Segundo ele, Minas Gerais fica atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro na quantidade de operações. Em 2012 as empresas mineiras participaram de 22 transações de venda de parte do capital. No mesmo ano, foram 6 de compra.

Em 2014, das 19 operações de aquisição de ativos de empresas mineiras, quatro envolveram o setor de tecnologia da informação e outras quatro o segmento de mineração. Conforme explica o líder do escritório de Belo Horizonte da KPMG, Marco Tulio Ferreira, essas operações podem significar que uma empresa foi completamente vendida para outra ou, até mesmo, que parte do capital foi dividido entre outras três companhias. “Neste caso, contabilizamos três transações”, comenta Ferreira.

Ainda de acordo com ele, o fato de uma empresa de Minas Gerais receber investimento externo sinaliza aumento de governança corporativa e profissionalização. A compra de ativos de fora também é benéfica, pois indica que o parque mineiro está apto a crescer fora da fronteira.

Como exemplo das empresas que adquiriram capital de companhias mineiras é possível citar a compra da fatia que a EBX, de Eike Batista, possuía na Six Semicondutores, de 33%, pelo grupo argentino Corporación América. As negociações foram concluídas em janeiro. A Six, que irá fabricar chips para aplicações industriais e médicas, está localizada em Ribeirão das Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

A conclusão da compra da Fidelle Corretora de Seguros, com sede em Belo Horizonte, pela Brasil Insurance, no início do ano, também ilustra o quadro.

Fonte: Hoje em Dia

**43-05/09/2014**

## **CURSOS PARA PROFISSIONAIS EM MINERAÇÃO**

EduMine oferece mais de 200 cursos online em Inglês, Espanhol e Português para atender aos seus objetivos de desenvolvimento profissional, crescimento e treinamento. Os cursos representam mais de 1400 horas de desenvolvimento profissional em tópicos como: exploração mineral, engenharia, meio ambiente, saúde e segurança do trabalho, métodos de mineração, gerenciamento e processamento de minérios.

Todos os cursos utilizam uma abordagem de auto-aprendizado que permite que você estude em horário, ritmo e local de sua conveniência. A maioria dos cursos oferece a opção de certificação online e atende aos requisitos de competência profissional.

Em colaboração com a Universidade da Columbia Britânica no Canadá e a Universidade do Arizona nos Estados Unidos, apresentamos também uma integração entre os cursos online e em sala de aula e webcasts ao vivo, através de nossos cursos combinados. Estes cursos qualificam para o programa de Certificação em Mineração oferecido pelos Departamentos de Educação Continuada de universidades participantes...

Estamos desenvolvendo cursos no idioma português gradativamente. Fique atento!

### **Cursos disponíveis em Português**

Rochas, Minerais e Minérios Comuns

Introdução a Mineração e Processamento Mineral

Métodos Convencionais de Estimativa de Recursos / Reservas

A Imagem da Mineração

Programa de Implementação de Procedimentos de Gestão e Segurança das Barragens de Rejeitos

Curso para Diretores e Gerentes

Curso para Engenheiros

Curso para Supervisores

Relatório de Projeto Mineral sobre a norma NI 43-101

### **Universidades Parceiras de Edu Mine no Brasil:**

UNIFAL/MG - Curso de Engenharia de Minas

UEMG - Curso de Engenharia de Minas

Fonte: Infomine

**44-05/09/2014**

### **KALIUM OBTÉM CONCESSÃO DE LAVRA PARA PROJETO DE POTÁSSIO**

A Kalium Mineração obteve a concessão de lavra para o projeto de potássio que possui em Dores do Indaiá (MG). A portaria foi publicada no Diário Oficial da União da última sexta-feira (29) pelo Ministério de Minas e Energia (MME). De posse da



portaria, a Kalium avança com o projeto para produzir sulfato de potássio, um insumo de fertilizantes, e alumina.

A portaria de lavra fica condicionada ao cumprimento da produção anual prevista de 60 mil toneladas de minério bruto (ROM), relativa à reserva medida de 144,475 milhões de toneladas que constam do Plano de Aproveitamento Econômico da Jazida, aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

A portaria permite lavrar rocha potássica nos municípios de Quartel Geral e Serra da Saudade, ambos em Minas Gerais, numa área de 1.395,38 hectares, que faz parte do processo 831.031/1980.

“A Kalium tem um futuro grande pela frente. Estamos conscientes de que vamos conseguir implantar o projeto. O que realmente estava pendente era esse decreto de lavra. Agora, podemos dar continuidade à fábrica”, disse, ao NMB, Ricardo Dequech, diretor-presidente da companhia. O pedido de concessão de lavra foi protocolizado em 2010.

Em março, o projeto da Kalium foi aprovado pelo Inova Agro, um programa de financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Sustentável (BNDES). A fábrica do projeto vai ser instalada em Dores do Indaiá, mas a mina fica na Serra da Saudade.

Segundo Dequech, o financiamento gira em torno de R\$ 26 milhões, que serão aplicados na construção de uma planta semi-industrial. Os recursos serão intermediados pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

“Com a publicação da concessão de lavra no Diário Oficial da União, nós vamos conseguir avançar com os investimentos, ajustados junto ao BDMG. Estávamos aguardando para começar com a consolidação de layout da fábrica, compra de equipamento, entre outros”, afirmou Dequech.

O diretor-presidente da Kalium disse que a primeira fase do projeto é menor. Segundo ele, a companhia não está voltada para o mercado no momento, mas na consolidação da implantação. A Kalium, porém, avalia a possibilidade de um projeto grande a partir da segunda fase.

“Nós temos uma reserva muito grande, mas vamos começar com o pé no chão. A mina é pequena, não vai precisar de nenhum investimento. Não tem problema de poluição, não vai ser realizado britagem nem moagem, simplesmente uma extração pequena com escavadeira. Nós não vamos usar nem explosivo”, disse o diretor-presidente.

De acordo com Dequech, o projeto tem reserva de 218 milhões de toneladas de minério com teor de 11% de potássio equivalente (K<sub>2</sub>O). A Kalium vai produzir sulfato de potássio e alumina no projeto e aproveitar o rejeito, que é 100% de sílica, para o setor de construção civil.

“Vamos começar o investimento ainda neste ano. Todos os estudos técnicos de processo estão prontos e oficializados. Rodamos a planta piloto e temos os resultados bem consolidados”

Dequech se reuniu com o BDMG na última sexta-feira (29), dia da publicação da concessão de lavra no Diário Oficial da União. Segundo ele, foi um encontro para retomar o assunto e consolidar os detalhes. A Kalium tem contrato assinado com o BNDES há mais de um ano, mas aguardava a obtenção da concessão de lavra para dar sequência ao financiamento e ao projeto.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

**45-05/09/2014**

## **TUPI MINERADORA ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$ 915 MILHÕES NO SUL**

*Cimenteira vai construir fábrica em Adrianópolis, no Paraná*

A cimenteira Tupi Mineradora, do Rio de Janeiro, anunciou que investirá R\$ 915 milhões na construção de uma fábrica em Adrianópolis, no Vale do Ribeira, no Paraná. Será a primeira unidade da empresa na região sul. A fábrica deve começar a operar em 2016 e terá capacidade total de produção de 1,5 milhão de toneladas de cimento por ano. O investimento foi confirmado nesta quinta-feira (4), quando executivos da cimenteira assinaram protocolo de intenção com o governo do Paraná. Além da Tupi Mineradora, o município de Adrianópolis receberá empreendimentos da Margem Cimentos e da Companhia Vale do Ribeira.

Fonte: Site Amanhã

**46-05/09/2014**

## **CIRCUITO MINERAÇÃO CHEGA A CANAÃ DOS CARAJÁS**

Levar um caminhão completamente equipado para explicar, de forma interativa, como a Vale e os diferentes tipos de minério estão presentes no nosso dia a dia. Essa é a ideia por trás do Circuito Mineração, que pela primeira vez chega a Canaã dos Carajás.

No caminhão Vale, montado na avenida principal da cidade, estão disponíveis jogos, dinâmicas, vídeos e visita guiada, que vão contribuir para que os visitantes conheçam um pouco mais sobre o Projeto Ferro Carajás S11D e os investimentos que a Vale está fazendo na região.

Durante a semana, o caminhão recebe professores, estudantes, representantes de comunidades rurais, associações e públicos institucionais. Já no final de semana, a visita

é aberta à comunidade, de 9h às 12h e de 15h às 19h. A iniciativa faz parte da programação preparada pela Vale para comemorar os 20 anos de Canaã dos Carajás.

Fonte: Site Pebinha de Açúcar

**47-05/09/2014**

## **PLANTA DE BICÁLCIO DA VALE ENTRA EM OPERAÇÃO**

*Empreendimento é parte do plano de investimentos de R\$ 330 milhões no complexo industrial em Uberaba*

A Vale Fertilizantes, controlada da Vale, deu início às operações da nova planta de bicálcio em Uberaba, no Triângulo Mineiro. O empreendimento é parte do plano de investimentos de R\$ 330 milhões da companhia no complexo industrial.

A planta, inaugurada na semana passada, tem capacidade instalada de 120 mil toneladas anuais. De acordo com a companhia, a unidade tem localização estratégica, uma vez que poderá atender à região Centro-Oeste do país que mantém a maior perspectiva de crescimento.

Utilizado pela indústria de nutrição animal, o fosfato bicálcio é considerado importante para os negócios da companhia. "O Brasil é líder na produção de carnes e isso está fortemente ligado ao nosso negócio de fertilizantes, uma vez que cada quilo de carne bovina, por exemplo, equivale ao consumo de 7 quilos de grãos", afirma, em nota, o diretor-executivo de Fertilizantes e Carvão da Vale, Roger Downey.

A nova planta é parte do plano de investimentos iniciado em 2011 com a transferência de algumas de suas operações da cidade de Cubatão (SP) para o complexo de Uberaba. "Ao transferir a localização, a empresa obteve aumento da competitividade, otimizando assim a logística de atendimento do mercado, também por conta da integração com a mina, o beneficiamento e o processo químico", informa, em nota. Com o projeto, cerca de de 1,1 mil pessoas trabalharam diretamente na obra.

Além de Uberaba, o fosfato bicálcio também é fabricado no Complexo Mineroquímico de Cajati (SP), que possui capacidade produtiva de 635 mil toneladas por ano. A Vale Fertilizantes é a maior produtora da América Latina.

A Vale Fertilizantes foi criada após a companhia comprar 100% das ações da Bunge Participações e Investimentos S/A (BPI), controlada pela norte-americana Bunge, em 2010. A operação movimentou US\$ 3,8 bilhões e incluiu a participação na Fertilizantes Fosfatados S/A (Fosfertil), detentora do complexo em Uberaba.

Salitre - Além da unidade industrial, a companhia passou a deter o Projeto Salitre, em Patrocínio, no Alto Paranaíba. O empreendimento compreende a abertura de uma mina de rocha fosfática e a construção de novas unidades industriais para a produção de

ácidos sulfúrico e fosfórico, além de fertilizantes fosfatados de alta concentração. Porém, o projeto ainda não saiu do papel.

De acordo com o último relatório financeiro divulgado pela Vale, a receita da área de fertilizantes da companhia totalizou R\$ 1,473 bilhão no segundo trimestre. O resultado representa retração de 11% em relação ao mesmo intervalo do ano passado, quando somou R\$ 1,658 bilhão.

Fonte: Diário do Comércio